Pissurlen

AS MINAS DE PRATA

DA

CHICOA

EM

UM RELATÓRIO DO SÉCULO XVII

(MANUSCRITO INÉDITO DA B. P. DE ÉVORA)

COMENTÁRIOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

POR

1826

CÓNEGO JERÓNIMO DE ALCÂNTARA GUERREIRO

E

DOUTOR JOSÉ DE OLIVEIRA BOLÉO

1944

ESTUDO HISTÓRICO DE INTRODUÇÃO

I) O PROBLEMA DAS MINAS

O PROBLEMA histórico das minas de prata da Chicova apresenta-se, actualmente, pôsto de tal forma, que não é possível resolver-se cabalmente.

Êsse problema é uma simples pregunta, a sua solução a resposta. Como até hoje os investigadores se têm dividido em três grupos, o problema está longe da solução definitiva.

¿ Existiram minas de prata em exploração, nos séculos XVI e XVII, na região da Chicova? É a questão histórica.

Sim. Não. Talvez... Eis as três soluções apresentadas, em volta das quais têm andado todos aqueles que à história de Moçambique se têm dedicado.

Houve quem tivesse defendido fortemente a primeira resposta, com farta argumentação e apresentação de factos concretos. Não falta quem considere um embuste e uma premeditada mistificação a existência de tais minas.

Há e sobretudo nos nossos dias, talvez com mais ponderação e estudo calmo, quem não afirme nem negue, sem os entusiasmos

dos primeiros nem o negativismo dos segundos. Creio esta a mais elegante posição de espírito, observando os factos à distância de mais de quatro séculos, através dos depoïmentos dos cronistas dessa época. Com efeito, num determinado ponto do século XVII as opiniões são unânimes, a crença na existência das minas é firme. Testemunhas de vista, de quem injurioso seria duvidar, aparecem a declarar que as viram e a prata mostra-se em quantidades grandes.

Passada uma geração, torna a aparecer a dúvida, as minas tinham-se perdido de novo, para não mais se tornarem a encontrar. Lutas e guerras se passaram entre essas duas gerações, os homens que a descoberta afirmavam tiveram de retirar, a morte os ceifou, as circunstâncias mudaram e as novas pesquisas não fruíram efeito.

O documento que se apresenta agora marca o estado de espírito das gerações do século XVII: o período de certeza na existência e descoberta das minas de prata da região da Chicova.

Para bem se compreender o relatório encontrado na Biblioteca Pública de Évora, outrora pertencente à Biblioteca do Marquês de Alenquer, torna-se necessário enquadrá-lo no seu ambiente histórico. Só assim se poderá avaliar a importância das suas afirmações e ao mesmo tempo verificar se elas trazem algo de novo aos conhecimentos existentes.

Será, pois, êste o plano de trabalho: estudar, pôsto que superficialmente, os acontecimentos dessa época, fazendo a seguir a publicação do respectivo relatório.

Na publicação do texto original desligaram-se as palavras para tornar mais fácil a leitura e desdobraram-se as abreviaturas, por vezes difíceis de decifrar. Respeitou-se, tanto quanto possível, a ortografia original, substituindo, porém, o «u» pelo «v» quando fôr êste o seu valor.

Ressalva-se desde já qualquer êrro que venha a dar-se, pois tratando-se de uma cópia, a pesar de cuidadosamente feita por funcionário habilitado, não é difícil, por lapso, ter passado um ou outro êrro. Infelizmente o códice CV da Biblioteca de Évora está longe, não se poderão tirar quaisquer dúvidas que incidentalmente apareçam.

Era necessária esta explicação, visto que as cópias dos citados documentos não vieram para Moçambique com vista a futura publicação, mas para assunto de despretenciosas crónicas de jornal.

A opinião do Sr. Caetano Montez, director do Arquivo Histórico de Moçambique, porém, foi outra ao tomar conhecimento dêles; é o seu critério que se vai pôr em prática, com a publicação integral do relatório.

A S. Ex.ª, pois, se deve o aparecimento de mais uma pequena monografia histórica acêrca de assuntos moçambicanos, que, boa ou má, será mais uma fonte para o exame duma época, deveras bem difícil de estudar.

II) PANORAMA DO SÉCULO XVI

Assim como a figura enérgica de D. Francisco Barreto, o visionário das minas de ouro, enche a segunda metade do século XVI, também Diogo Simões Madeira vinca fortemente a sua personalidade de chefe, no início do século XVII. Ambos incarnam, nos seus tempos, as magnas aspirações dos portugueses.

As suas campanhas, umas vezes cheias de contratempos, outras coroadas de êxitos estrondosos, trazem sempre acréscimos ao conhecimento do interior dessa África desconhecida, que António Fernandes, o descobridor do Monomotapa, penetrara pela vez primeira entre 1514-1515. É de facto êste que tem a glória de conseguir o que

outros, em vão, já tinham antes dêle tentado: os massacrados de 1512, enviados pelo rio de Sofala, e aquele outro de quem fala Afonso de Albuquerque, talvez o próprio António Fernandes, em 1514, que a doença obrigou a retroceder.

É assim desvendado o mistério; aberto o caminho para o Reino do Monomotapa, o país do ouro na imaginação ardente dos portugueses de antanho.

Não tem imediata seqüência a ousada viagem de António Fernandes; a penetração para o interior irá lentamente.

A fundação da feitoria de Quelimane em 1544, projectada desde 1519, será um factor importante para essa expansão, trabalho irradiado das fortalezas da costa, iniciadas em 1505, em Quíloa e Sofala, e prosseguidas em 1508 com a construção da tôrre de Moçambique.

Em 1560 já há no interior, espalhada por Sena e Tete, população branca fixa, que o P.e D. Gonçalo da Silveira lá vai encontrar e a quem ministra socorros espirituais, como afirma nas suas cartas.

As campanhas de Francisco Barreto em 1570, continuadas por Vasco Fernandes Homem, se não tiveram os resultados sonhados pelo rei D. Sebastião, trouxeram aos vindouros o fruto da experiência em campanhas africanas e novos caminhos de penetração. Vencidos pelas doenças provenientes do clima, deixaram uma lição que nem sempre serviu aos continuadores da conquista: que em África, com mais probabilidades, as campanhas rápidas e ataques fulminantes podiam trazer êxitos fortes. Toda a campanha morosa seria campanha perdida, porque o clima era o maior aliado dos negros.

O conhecimento do interior moçambicano vem a alargar-se ainda mais, neste mesmo século XVI, com as viagens apostólicas do Dominicano Eborense Fr. João dos Santos e mais religiosos desta ordem.

É prodigiosa a actividade missionária de Fr. João, admirável a sua mobilidade. Não explorou, é certo, novas terras, mas soube estudar e dar notícias das até então conhecidas. A Etnografia teve nêle apaixonado cultor, dando-nos na sua *Etiópia Oriental*, em linguagem simples e fina observação, pormenores valiosos das regiões percorridas. Com a sua obra fecha o século XVI. De facto, tendo deixado Moçambique em 1597 para seguir para a Índia, pouco aí se demora, regressando à Pátria em 1600.

Não quis morrer na paz do claustro do convento de S. Domingos de Évora. Impresso o seu livro em 1608, a nostalgia da selva de novo o impele para aquela África Oriental, que êle soube como ninguém auscultar e compreender. Iremos encontrá-lo, já velho e gasto, em circunstâncias difíceis para os nossos, anos depois, como adiante veremos.

III) NO ALVORECER DO SÉCULO XVII

Curioso fenómeno psicológico se observa ao iniciar-se o século XVII: as minas de ouro do Monomotapa deixam de ser o atractivo máximo da conquista, para se voltarem todas as atenções para as minas de prata da Chicova.

¿Ter-se-iam convencido de que o ouro, abundantemente apresentado a resgate nas feiras de trocas, vinha de afastadas regiões do interior, inacessíveis talvez ou de difícil exploração, como afirma Diogo do Couto?

¿Não se teria tido em grande crédito as localizações das minas de ouro, apresentadas pelo descobridor do Monomotapa?

¿O resultado pouco animador das viagens de Francisco Barreto e de Vasco Fernandes Homem às regiões das minas de ouro, teria diminuído o entusiasmo dos nossos exploradores?

Fôsse qual fôsse a razão, o facto deu-se: Cessa em absoluto a inquirição do ouro, para se procurar a prata.

A maneira de se conseguir êsse fim, os meios a pôr em prática, dadas as dificuldades da conquista no século anterior, são muito outros. Não se vê a guerra, como até então, meio apto para se atingir a finalidade requerida, tenta-se a conquista pacífica. Com efeito, querer dominar só pelas armas regiões do interior de África, cercadas de povos revoltados, com difíceis meios de comunicação e falta de reabastecimentos, era inexeqüível. Por outro lado, a Metrópole, então unida à Espanha, em Monarquia Dualista, a braços com as guerras da Europa, tem a sua esquadra dizimada e não tem soldados nem armamento para enviar a estas afastadas terras do Império.

Todos estes factores influenciaram a mudança de táctica na expansão portuguesa. Francisco Barreto agiu sobretudo pelas armas, porque no trono de Portugal se sentava então o príncipe cavaleiro D. Sebastião; mas, êste tinha ficado nos plainos ardentes de Alcácer-Quibir. Lisboa, sem côrte, recebia agora as direcções de Madrid.

A nova filosofia da ocupação foi imposta pelas circunstâncias, não estava nos moldes e tradições portuguesas. Era, porém, a única que se impunha perante a penúria de momento e, diga-se de passagem, a mais inteligente para tal fim.

Incarnou esta modalidade de acção a figura enérgica, nem sempre compreendida e por vezes até caluniada, de Diogo Simões Madeira.

Não cabe na índole do presente estudo a resenha dos acontecimentos que se passaram nos primeiros anos do século XVII, nas regiões costeiras: as tentativas de ocupação da parte dos holandeses, aliás sempre repelidas com êxito, nos anos de 1603, 1607 e, por último, em 1608.

É o interior, com suas lutas entre tribos revoltadas, guerras de guerrilhas dificultando cada vez mais o acesso dos nossos, que exclusivamente interessa a êste trabalho de perscrutação de ambiente histórico.

A transição do século XVI para o século XVII é uma das épocas mais pobres de documentos e de fontes, para o estudo da História da África Oriental. Parece-nos que êste facto tem suas raízes em duas causas fundamentais:

1.ª O mau ajustamento entre o final das Décadas de Diogo do Couto e o início da Década 13 de Bocarro, o que se reflecte também na obra posterior de Manuel Faria e Sousa, principais fontes para esta história, não esquecendo, é claro, alguns documentos oficiais e a *Etiópia Oriental* do P.e Fr. João dos Santos;

2.ª Na finalidade dos cronistas da época, que tinham sobretudo em mira o estudo da Índia, sendo a História de Moçambique apenas derivante daquela, às vezes até sem ligação nem cronologia precisas, apresentando algumas lacunas profundas na seqüência dos factos.

De positivo sabe-se que entre 1597 e 1607 grandes acontecimentos se passaram entre os povos indígenas: dez anos de duras lutas e desenfreados ódios, que os portugueses souberam maravilhosamente aproveitar para os seus planos de penetração.

O regime político e social dos cafres destas regiões tinha características imperiais: um régulo mais poderoso, o Monomotapa, imperava sôbre os régulos de vastos territórios, «encosses», numa espécie de sistema feudal. Não que os vassalos pagassem tributo a seu senhor, mas porque lhe deviam de algum modo obediência, sendo seu dever auxiliá-lo nas guerras contra seus inimigos. Ora, no tempo a que nos

estamos reportando, dá-se um movimento de emancipação da parte dos «encosses» contra o Monomotapa, que vê a sua autoridade em jôgo.

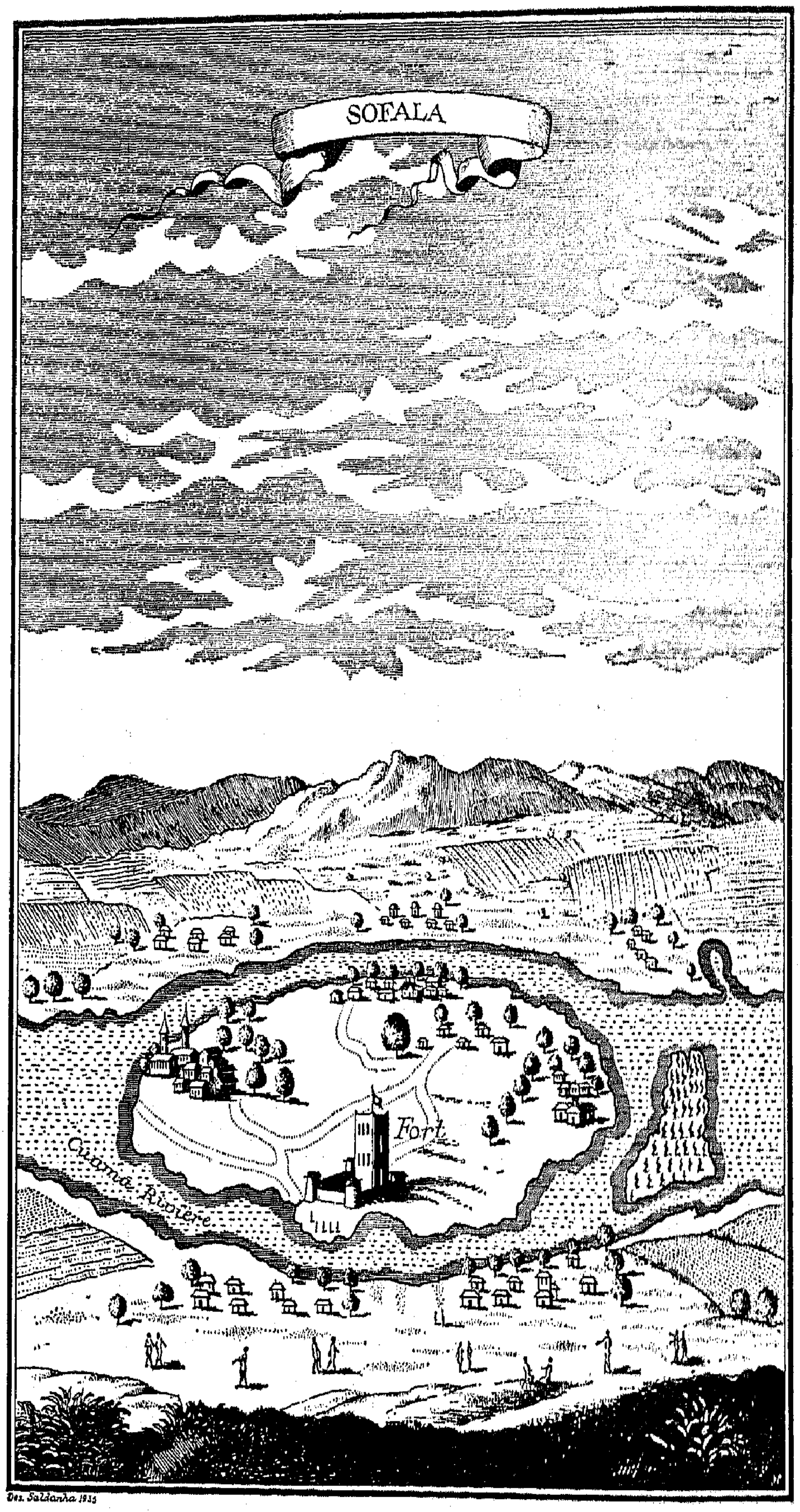
Os portugueses, a pesar de preocupados com os acontecimentos da costa, não deixam de seguir atentamente os episódios do interior, estudando o melhor partido a tirar dêles. A situação apresenta-se bastante complicada; se nos alheamos da contenda arriscamo-nos a perder a nossa influência em Sena e Tete e nos outros postos avançados, onde desde o final do século XVI construíramos fortes e palissadas. A entrarmos na liça, deverá ser pelo partido que mais garantias nos dê de futuro.

De momento é sem dúvida o Monomotapa, já pelo valor do seu tradicional poder, aliás exagerado por alguns escritores, já por estarem em terras suas as desejadas minas, aquele que poderá favorecer mais amplamente os nossos planos. Auxiliá-lo contra seus inimigos, fortalecendo o seu poder e buscar assim o seu reconhecimento, era a política a seguir. Foi essa de facto a de Diogo Simões Madeira, pela qual tenazmente lutou quási até morrer.

Os portugueses, aliados antigos do poderoso cafre, ao qual desde o século anterior pagavam, a título de presentes de amizade, a chamada *curva*, desde a primeira hora estiveram a seu lado nas lutas contra os seus adversários.

A primeira instituição da *curva* suponho vir do tempo em que Vasco Fernandes Homem fez a paz com o Rei de Quiteve, comprometendo-se êste a deixar passar os portugueses livremente pelo seu território «pera as Minas de Manicas».

Diz Diogo do Couto na Década IX, capítulo 24: «...*que o Capitão de Çofala seria obrigado a dar-lhe por isso aquelles Reys duzentos pannos, que em nossa moeda valerão duzentos tostões,*



Sofala no século XVII

postos lá por modo de presente, a que elles chamam «Curves», e os Persas «Mocarários» e os Reys Mouros de todo o Oriente «Xaguates».

Nas referidas lutas se distinguiu, ainda antes de 1607, Diogo Simões, a quem o Monomotapa faz doação das minas de prata existentes nos seus territórios.

Seguem-se as guerrilhas contra Matuzianha, poderoso régulo, que se proclama único senhor da Mocaranga. Diogo Simões Madeira, à frente dos portugueses, junta-se ao Monomotapa e vencem o temível adversário.

O Monomotapa exulta de alegria com tamanhas vitórias e, aconselhado sem dúvida pelos nossos, resolve-se a patentear ao rei de Portugal o seu reconhecimento, fazendo-lhe doação de todas as suas minas de ouro, cobre, ferro, estanho e chumbo.

O interessante e extenso documento vem reproduzido em Bocarro (capítulo CXXVII) que o apresenta como cópia autêntica do original existente «*na Torre do Tombo deste estado da India, na cidade de Goa*». A data da doação foi o primeiro de Agosto de 1607. As cláusulas da escritura foram combinadas nas margens do rio Monzovo, perto dos povoados de Marenga e Inhamacoto, entre o Monomotapa e o capitão da guerra Diogo Simões Madeira. Nesse mesmo dia «*nos paços do dito imperador Manamotapa*» compareceram todos os portugueses, diante dos quais o chefe cafre repetiu o que com o capitão da conquista estipulara:

1.º Que dava a el-rei de Portugal todas as minas de ouro, cobre, ferro, chumbo e estanho que houvesse no seu Império, «*contanto que el-rei de Portugal me conserve o meu Estado*»;

2.º Que possa pôr e dispor como fizeram seus antepassados;

3.º Que o rei de Portugal o auxilie a reentrar no seu território;

4.º Que pedia ao rei de Portugal o aceitasse por seu irmão de armas;

5.º Que tinha dado dois filhos seus para que Diogo Simões os educasse e fizesse cristãos.

É esta a súmula das cláusulas impostas pelo Monomotapa.

No mesmo acto público Diogo Madeira cede também ao rei de Portugal os seus direitos sôbre as minas de prata que lhe haviam sido anteriormente doadas pelo imperador. Assinaram vinte e seis das testemunhas presentes que sabiam ler, o secretário da escritura Miguel Nunes, o capitão Diogo Simões Madeira, apondo por último o seu sinal o Monomotapa Gasse Lucere, por não saber ler.

Êste documento representaria o triunfo da política portuguesa de expansão por aliança, se a mentalidade do cafre estivesse à altura de pesar o valor das suas cláusulas. A seqüência dos acontecimentos mostrará, porém, que de facto os compromissos tomados não foram, nem de longe, respeitados pelo Monomotapa, tendo êste apenas em mira o auxílio dos portugueses em hora tão difícil.

Logo após o acto de doação continuaram as lutas contra o último régulo levantado, Anconhe, que vencido se refugiou na serra de Quizinga. Pôde então o Monomotapa voltar para suas terras, regressando Diogo Simões Madeira com os seus soldados para Tete. Levou consigo dois filhos do imperador para os educar e fazer cristãos: o mais velho, Filipe, baptizado por Fr. Jerónimo Baptista e o mais novo, Diogo, baptizado pelo próprio autor do relatório que vamos apresentar, Fr. Francisco do Avelar. De ambos serviu de padrinho o capitão Diogo Simões.

Filipe pouco tempo esteve com os portugueses, porque o pai o reclamou alegando as saüdades da mãi, continuando o mais novo a educação começada.

Desta época, com pouca diferença, é o primeiro documento oficial dimanado das Secretarias de Estado em que claramente se alude aos acontecimentos referidos. É o regimento dado pelo rei em 21 de Março de 1603 a *«Dom João Forjaz Pereira, conde da Feira, do seu conselho, que envia por viso-rey á India, sobre a conquista de Manamotapa»*.

O documento pode ler-se a pág. 225 do vol. 7 das *Lendas da Índia*.

Neste regimento são focados vários assuntos dizendo respeito a Moçambique. Por êle se vê o interêsse da Metrópole pelas conquistas das *«minas do ouro e prata dos reinos de Manamotapa, de que se teve noticia desde o principio do descobrimento da India»*. Aqui se faz alusão aos acontecimentos da selva, às lutas entre os chefes indígenas, às dificuldades do Monomotapa perante as revoltas dos vizinhos, afirmando-se *«estar hoje muito enfraquecido e com outros reys seus visinhos e vassalos alevantados, e desejar muito a comunicação e favor dos portugueses e pedil-o por seus embaixadores, offerecendo por isso as minas de prata que estão em suas terras, pelo que fica este descobrimento e conquista hoje muito facilitada»*.

Há no regimento uma passagem curiosa, porque nos elucida de quem foi o informador do rei: *«os meus viso-reys da India de annos a esta parte me fazerem muitas e continuas lembranças sobre esta empreza, e ultimamente os capitães de Moçambique, Sebastião de Macedo e Dom Estevão de Athaide, me mandaram particulares relações da facilidade com que se poderia chegar ás ditas minas, enviando-me juntamente mostras de pedras...»*. Por aqui se vê que desde antes de

1608, já haviam sido enviadas amostras do minério prata para a Metrópole. Êste mesmo regimento nos explica a vinda de D. Estêvão de Ataíde, no ano seguinte, para Capitão Geral da Conquista. É o próprio rei quem sugere o seu nome: *«escolhereis para General della dos ditos Sebastião de Macedo e Dom Estevam de Athaide qual vos parecer, e havendo elles faltado, deitareis mão de outra pessoa, que tiverdes por mais a proposito para este cargo»*. A matéria restante da instrução régia refere-se toda a uma melhor organização dos fortes e feiras da Colónia.

Feita esta digressão pelo notável regimento, retomemos o fio dos acontecimentos.

Em 1608 o Monomotapa, entusiasmado pelas vitórias alcançadas, resolve recomeçar, sem auxílio dos portugueses, novas lutas contra seus inimigos. Desconfiando que o chefe do Mongás, seu vassalo, estava aliado do Matuzianha, mandou-o matar, desencadeando assim outra vez os velhos ódios. Completamente derrotado, são ainda os portugueses que o socorrem e o livram da crítica situação, ficando, porém, Tete em perigo, entre povos em plena revolta.

Assim se chegara a 1609. É então que entra nos Rios D. Nunes Álvares Pereira, como capitão geral da conquista das minas de prata. Foram os reforços enviados por êle, que definitivamente limparam a região de Tete de cafres revoltados e livraram o Monomotapa do seu feroz inimigo Matuzianha.

A carta régia de 23 de Dezembro de 1609, endereçada ao vice-rei Rui Lourenço de Távora, mostra ter lá chegado a notícia da ida de D. Nuno Álvares Pereira, mandando que lhe não faltem recursos para a sua acção.

Uma era de paz parece despontar com as últimas vitórias; tudo se encaminha para a realização dos sonhos dos portugueses. O reconhecimento do Monomotapa aumentara ainda com a diplomática acção de D. Nuno Álvares Pereira, resolvendo-se a fazer a entrega das suspiradas minas.

A paz, contudo, não foi estável como se supunha; de novo a Mocaranga se levanta, para trazer aos nossos, sempre aliados do Monomotapa, triunfos sôbre triunfos.

A paz, que tantas vidas custara, vai agora ser profundamente perturbada pela mudança integral da política da conquista das minas.

D. Nuno foi substituído em 1609 por D. Estêvão de Ataíde que chegou a Sena em Julho, acompanhando-o, como seu homem de confiança, o capitão Diogo de Carvalho. A acção conjunta dêstes novos governantes, enveredando pelo caminho da conquista pelas armas, vai retardar de muitos anos a expansão iniciada para o interior africano.

A directriz que anima os novos acontecimentos é, sem dúvida, mais de harmonia com as tradições das conquistas portuguesas na Índia, nos tempos áureos da sua penetração, mas os tempos tinham mudado muito. De facto a política de África, cheia de contemporizações com os chefes cafres, tornara os representantes do rei de Portugal, encapotadamente, é certo, como que vassalos dos régulos mais fortes: comprava-se com presentes a passagem por suas terras e as boas graças das suas alianças.

D. Estêvão tenta modificar o estado da questão, cortando o costume de entregar, à chegada, a *curva* ao Monomotapa.

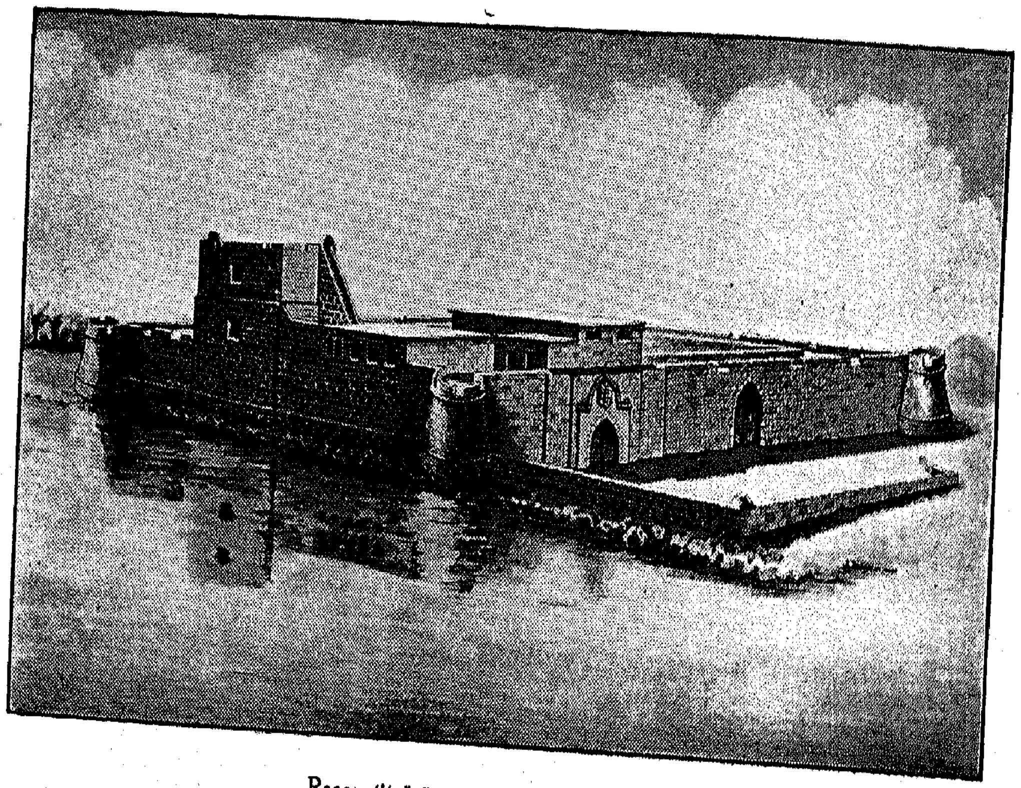
¿ Seria esta nova política directamente aconselhada pelo vice-rei da Índia? A seqüência dos factos parece indicar que não. Os autores do século XVII inclinam-se a julgar D. Estêvão e o capitão Carvalho únicos responsáveis do fracasso que se deu.

O primeiro acto da nova política de D. Estêvão é enviar o capitão Diogo de Carvalho com 50 soldados para Massapa, onde imediatamente se fortificou. Vai pouco tempo depois cumprimentar como aliado o imperador mas não lhe entrega a *curva*. Êste recebe-o como amigo, manda mesmo alguns negros dos seus para lhe servirem de escolta e espera algum tempo pelos costumados presentes. Quando se convence de que nada receberia do actual capitão da conquista, enfurece-se e decreta a *empata*, isto é, a apreensão de todos os bens dos portugueses.

Em contrapartida, Diogo de Carvalho manda matar os negros vassalos do Monomotapa que o tinham acompanhado. A revolta geral dos indígenas da região não se fez esperar, obrigando a tropa portuguesa a refugiar-se, por precaução, em Tete.

Nesta conjuntura é o imperador cafre que toma a iniciativa de negociar a paz, receando a vingança dos portugueses. Estes, porém, com bem fundadas razões não acreditam na sinceridade das propostas e prepararam-se para a luta, mandando D. Estêvão construir a duas léguas de Tete, para o interior, um novo forte de madeira que ficou conhecido por Forte de Santo Estêvão. Serviria de apoio na invasão projectada, temerária emprêsa da conquista pelas armas dos territórios do Monomotapa, que, a ser coroada de êxito, teria colocado D. Estêvão ao lado dos maiores soldados de África.

O vice-rei da Índia manda sustar em Julho de 1612 as acções militares do interior, para concentrar todas as fôrças em Moçambique que se supõe ameaçada pelos holandeses. Esta medida foi tomada, sem dúvida, em cumprimento das instruções da carta régia enviada de Lisboa em 10 de Outubro de 1611. Nesta se avisava o vice-rei da Índia de que havia informações «*que nos estados de Hollanda e Gelanda se aprestavam para partir para essas partes da India, no*



Reconstituição da fortaleza de Sofala

mez de Fevereiro do ano que vem, nove naus por conta de mercadores, para tornarem com carga e alem delas quatro grandes e poderosas com dous mil homens e muitas armas, munições e apercibimentos de guerra, e com desenho de andarem ás presas em todos os mares d'esse Oriente, até se satisfazerem de certas perdas, que dizem se lhe haverem dado depois de assentadas as treguas, que com elles estão feitas».

O receio dum ataque a Moçambique expressa-se claramente, mandando reforçar a praça o mais possível. O rebate foi falso, mas os planos de conquista de D. Estêvão de Ataíde não tiveram realização, pois que em Julho de 1613 é chamado a Goa, ficando, por ordem do vice-rei D. Jerónimo de Azevedo, a governar Moçambique seu irmão D. João de Azevedo, e a comandar a conquista das minas o capitão Diogo Simões Madeira, cuja acção vamos analisar.

Esta nomeação representa a volta à anterior política de infiltração por aliança, dado o fracasso da política contrária, que custara ao Estado cêrca de 30:000 cruzados com as operações militares, além dos prejuízos causados pela *empata* decretada pelo cafre.

IV) A ACÇÃO DE DIOGO SIMÕES MADEIRA

As instruções régias de 24 de Março de 1612, enviadas de Lisboa para o vice-rei da Índia D. Jerónimo de Azevedo, são a reprovação peremptória de tudo o que D. Estêvão de Ataíde fizera como capitão da conquista nas minas. O rei manda que êle seja imediatamente chamado a Goa para se justificar, devendo entregar a Diogo Simões Madeira «*a gente, munições e resgate que tiver de minha fazenda; ao qual ordenareis que recolha tudo e entretenha a conquista das minas*

no estado em que se lhe entregar, conservando os fortes e a posse que dellas está dada pelo Manamotapa, até eu mandar outra cousa».

É a hora de triunfo de Diogo Madeira. Além de empossado na chefia da conquista, o mesmo diploma oficial lhe faz mercê do hábito de Cristo com quarenta mil réis de tença, pagos pelo Estado da Índia. São-lhe permitidas as honras de fidalgo e confirmados todos os direitos sôbre as terras que o Monomotapa lhe dera, reservando o rei para si as minas que nessas terras houvesse.

A nova carta régia de 8 de Março de 1613 é a condenação de D. Estêvão de Ataíde, depois de feitas na Índia as inquirições ordenadas no ano anterior, como mau dirigente e gravemente culpado da péssima administração desenvolvida, com graves prejuízos para a Nação.

De novo em campo e agora como capitão geral da conquista, Diogo Simões Madeira vai lutar pelo seu sonho — a conquista das minas de prata da Chicova. A pesar de as suas poucas tropas carecerem de víveres e munições, conhecendo que nas guerras de África a decisão e rapidez são os principais factores da vitória, reorganiza ràpidamente a sua gente, à qual se juntam os vassalos de Mongás, e arremete de surprêsa contra o arrogante Chombe, de há tempo levantado contra os portugueses.

Sai o capitão de Sena em direcção a Tete aos 10 de Agosto de 1613. Na primeira arremetida os cafres resistem com energia. O providencial auxílio que aos portugueses trouxe Cristóvão de Brito Godinho, em 14 de Novembro, levou de vencida a resistência do Chombe.

Reina então a paz e vai recomeçar a conquista pacífica. Inútil seguir todo o itinerário dos portugueses na sua viagem para o interior, que Bocarro detalhadamente indica. Uma vez instalado em Tete, o Capitão Geral da Conquista manda presentes a todos os chefes das

redondezas, busca as suas alianças, não vá o Monomotapa impedi-lo de realizar os seus desígnios. Êste, porém, receia e não só se não opõe à marcha dos nossos para a Chicova, como até envia seu sobrinho Inhanxangue, em Abril de 1614, fazer entrega das desejadas minas.

Capitão experimentado nas lutas africanas, Diogo Simões, uma vez na Chicova, começa por construir no melhor ponto estratégico, junto ao rio, uma nova fortaleza, a que deu o nome de «Forte de S. Miguel», para proteger as suas tropas de qualquer investida. Veremos que a boa situação dêste forte, debruçado sôbre a margem, permitiu aos portugueses o reabastecimento, por deixar livre o acesso para as terras da outra margem do rio.

Nesse território do outro lado do Zambeze, o Boroe, fronteiro ao forte de S. Miguel, imperava um régulo poderoso que ofereceu amizade aos portugueses e mandou um barco para o serviço de travessia do rio.

Voltando ao negócio das minas: Inhanxangue ao chegar à Chicova mandou chamar à sua presença o régulo e os grandes da região, a quem comunicou a resolução tomada pelo Monomotapa de fazer entrega ao capitão Madeira das minas doadas ao rei de Portugal. Os chefes cafres manifestaram a sua obediência e acatamento, partiram para suas habitações, mas não mais voltaram nem tornaram a ser vistos.

A má vontade era evidente.

Diogo Simões manda uma deputação ao Monomotapa para o informar do que se passava em Chicova. Na sua volta a embaixada traz um novo representante do imperador, de nome Cherema, conhecedor da situação das minas, para delas fazer a entrega. O Capitão da Conquista recebe-o festivamente, empossa-o como «encosse» das terras da Chicova, oferece-lhe presentes, amima-o de todas as formas, para o dispor bem a seu favor.

Nada consegue. Cherema tenta ludibriá-lo, enterrando êle mesmo alguns pedaços de minério de prata, onde depois foi cavar. O embuste foi descoberto e o cafre castigado duramente pelo próprio capitão, preso e pôsto em tortura. Finalmente, confessa que quisera enganar, mas por ordem do Monomotapa. Disso já os nossos desconfiavam.

Cherema leva então Diogo Simões a um sítio afastado mais de uma légua e mostra, na serra, uma cova entulhada de pedras e terra sôlta, onde declara estar uma mina antiga, explorada de há muito. Acrescenta que a terra é dura, só podendo ser cavada em tempo de chuva.

O capitão, tendo achado em volta algum minério de prata, acredita nas declarações feitas pelo cafre, reempossa-o no règulado da Chicova, com largos presentes, e resolve esperar pelo tempo propício às excavações.

Pelo estudo cronológico dos documentos da época, pode concluir-se que os citados acontecimentos se deveriam ter dado por Maio de 1614. Alguns meses faltam para a época das chuvas, tempo que Madeira não passou inactivo mas, muito ao contrário, aproveitou para mandar explorar os caminhos de Chicova a Tete através do Bororo, conforme as informações do régulo desta região. Tal exploração foi levada a cabo pelo soldado António Lopes, *«homem de negócio, natural da cidade de Evora»*, como Bocarro informa. Na crónica dêste autor se descreve a viagem e são enumerados os règulados existentes entre Chicova e Tete.

A descoberta dêste caminho foi mais um grande passo no conhecimento do país e de magna importância para os portugueses circularem de Chicova para Tete, evitando as terras do Monomotapa, aliado de pouca confiança como a experiência de sobejo o mostrara já.

Aproveitando o tempo resolve o capitão da conquista ir a Sena, para onde partiu a 24 de Junho, a fim de mandar ao vice-rei da Índia notícias de tudo que se passara na Chicova e remeter a prata ali achada. Poucos dias após a chegada a Sena, recebe pela galeota da Índia uma ordem de D. Jerónimo de Azevedo, para que prestasse ao capitão de Moçambique, D. João de Azevedo, todo o auxílio para se preparar a defesa da cidade, contra um provável ataque dos inimigos da Europa. Como militar disciplinado, a pesar de ver os inconvenientes desta medida para o negócio das minas, obedece prontamente: manda trinta soldados e um capitão, para refôrço de Moçambique, ficando apenas na Chicova os homens de sua família e alguns cafres defendendo o forte de S. Miguel. Obedece, mas expõe ao vice-rei a situação precária em que fica, sem homens nem munições, sem ao menos ter panos para contentar a cobiça do Monomotapa, ao qual, com os poucos recursos de que dispõe, manda alguns presentes.

A resposta do cafre é grosseira e provocante: prende os emissários do capitão e faz novas exigências. Pede um sem-número de pequeninas coisas: *«espelhos, alfinetes, agulhas, facas, tesouras, retroz, candeias, pimenta, açafrão de Portugal, sabão, porcelanas, e alguns pannos de seda de muito preço cuidando que Diogo Simões lhe não poderia mandar o que pedia»*. O pretexto para a guerra era visível, mas uma acção militar nesta conjuntura seria o aniquilamento total do punhado de portugueses ali existentes.

O capitão mede a dificuldade em toda a sua grandeza e consegue adquirir em Tete todas as mercadorias que o cafre exige, para libertar os embaixadores. Os prisioneiros assim libertados, temendo qualquer cilada, tomam secretamente a direcção da Chicova, donde foram para Tete encontrar-se com o chefe português.

Nesta altura, a questão das minas vai entrar na fase decisiva. Parece-nos útil abrir neste momento um parêntese na descrição dos acontecimentos, para lançarmos uma vista de olhos sôbre os autores que a êles se têm dedicado.

O primeiro escritor que ao assunto dedicou capítulos sôbre capítulos, estudando com detalhe todos os passos dados pelos portugueses para a conquista das minas da Chicova, foi o cronista António Bocarro na sua Década 13, escrita para servir de continuação às Décadas de Diogo do Couto. Foi seu informador, como êle próprio confessa (capítulo CXLVI), no que toca aos acontecimentos da África Oriental, o religioso dominicano P.° Fr. João dos Santos, consagrado autor da célebre e bem conhecida *Etiópia Oriental.* Melhor informador não poderia Bocarro haver, pois Fr. João conhecia, como ninguém, por ter vivido intensamente todos êsses episódios, o âmago da questão, sabia sentir e observar, possuindo um poder de expressão pôsto já à prova na sua obra. O valor do trabalho de Bocarro neste ponto tem o pêso da autoridade do seu informador, testemunha de vista de toda essa complicada história. Com efeito, Fr. João habitou essa região, com toda a certeza, nos anos que Bocarro historiou, visitou a Chicova e lá assistiu espiritualmente às tropas portuguesas no forte de S. Miguel, até ao momento em que êste teve de ser abandonado pelos nossos.

A segunda obra que aos acontecimentos da Chicova se refere, é a *Ásia Portuguesa,* de Manuel de Faria y Sousa, aparecida em 1675. Não é já um trabalho de cronista, mas uma síntese de historiador, despindo a Crónica de Bocarro de todo o pormenor, mas dando com juízo crítico a directriz fundamental dos acontecimentos. A pesar da abundância de materiais de que dispôs, cuja lista valiosa nos deixou, no que se refere à África Oriental apenas se limitou a resumir Bocarro.

O confronto das duas obras leva imediatamente a essa conclusão. Nos nossos dias são ainda, juntamente com alguns documentos oficiais publicados na colectânea *Lendas da Índia,* estes dois autores as únicas fontes para o estudo do século XVII em Moçambique.

Todos os outros escritores que depois se vêm referindo à história desta época, ou resumem, como Nogueira de Andrade e Theal, ou omitem acontecimentos, como Wilmot, ou expõem os seus próprios pensamentos, como Andrade Corvo.

O Sr. General Teixeira Botelho, ao historiar o século XVII moçambicano, até certa altura da sua importante história, segue fielmente Bocarro e Faria y Sousa, não acrescentando nada de novo. Limita-se a apresentar um bem urdido resumo dos acontecimentos, sendo contudo para lastimar o corte injustificado feito nos episódios narrados no capítulo CXLII, em que Bocarro descreve a maneira como se encontraram as primeiras minas de prata.

Lançado êste olhar pelas fontes históricas mais importantes da história da África Oriental no século XVII, retomemos o fio dos acontecimentos da Chicova. Aquele filho do Monomotapa, D. Filipe, como as crónicas lhe chamam, reclamado pelo pai pouco depois de ter recebido o baptismo e ter começado a sua educação em casa de Diogo Simões Madeira, tenta várias vezes tornar ao convívio dos portugueses, contra a vontade despótica de seu pai. Mal sucedido nas primeiras tentativas, consegue finalmente iludir a vigilância paterna e chegar ao forte de S. Miguel, em Chicova, acompanhado de alguns servidores de sua confiança.

É êste episódio e suas conseqüências que Wilmot e o General Teixeira Botelho omitem nos seus trabalhos, truncando assim os acontecimentos e tirando-lhes a seqüência lógica. Mal se percebe, sem

êste detalhe, a razão do aparecimento, dum momento para o outro, das celebradas minas e o motivo de tantos entusiasmos nos contemporâneos dêste facto.

Segundo os autores citados atrás é o príncipe Filipe que vai preparar, com a sua influência no ânimo dos chefes cafres, a descoberta das minas. É êle que envia à sua chegada a Chicova um emissário junto de Cherema, fugido desde a partida de Diogo Simões para Tete, para que viesse à sua presença. Exprobra-lhe a falsidade cometida e ordena a sua prisão, até que se resolva a descobrir a situação exacta das minas.

Depois disto segue a encontrar-se com o Capitão da Conquista, ainda em Tete, sendo aí recebido «*como filho seu*» e generosamente recompensado por tantas provas de dedicação.

Ao ressentimento do Monomotapa para com os nossos, agora aumentado com a fuga do filho, vem juntar-se o ódio das populações das cercanias do forte de S. Miguel, irritadas contra o capitão Diogo Teixeira Barroso, que mandara matar, ao que parece injustamente, o filho do chefe da região.

É de novo a guerra.

Diogo Simões Madeira mais uma vez, resumindo os acontecimentos, salva a situação. Corre com reforços em marchas forçadas, transpõe através do Boror a distância de Tete à Chicova e chega a tempo de auxiliar os sitiados do forte de S. Miguel.

Em relativa calma fica a região depois destas novas vitórias, ocorridas por Março de 1615, a um ano de distância das primeiras buscas da Chicova.

Os documentos oficiais desta época, as cartas do Govêrno de Lisboa para o vice-rei da Índia de 14 de Fevereiro de 1614 e 14 de

Fevereiro de 1615, marcam dois pontos da questão das minas: na primeira nota-se certo desânimo, na segunda aflora de novo a esperança. Assim o julgo, porque na carta de 1614 aventa-se já a hipótese de se cessar a busca das minas «*o que toca a Diogo Simões Madeira assistir com gente n'aquella conquista, para que, entendendo que he assy necessario, o façaes continuar, dando o que cumpri para pagar os soldados; e podendo-se elles escusar, os mandeis ir para a India; e o dito Diogo Simões fique n'aquellas partes beneficiando sua fazenda, se o quizer fazer*».

Na carta de 1615 já se faz menção das notícias enviadas para a Metrópole por Diogo Simões a respeito das minas do Monomotapa, cheias de optimismo, respondendo o rei ao assunto nos termos seguintes, em que a esperança se adivinha:

«*Sobre esta materia dizeis que pelas cousas com que vos achaes entre mãos, a que se deve acudir, e a falta que ha para algũas della, por não haver cabedal de minha fazenda para isso, não enviastes o provimento que Diogo Simões aponta, alem-de entenderdes que tudo o que alli se mandar he perdido: vos mando que façaes cumprir o contrato que Dom Nunalvares Pereira fez com o Manamotapa, e que com este rey se tenha toda a boa correspondencia que puder ser, para que se conserve por ora o que está ganhado, e de se prover aquella conquista do necessario, de modo que por falta disso não possa vir a diminuição, assy de gente pera ao presidios, como das mais cousas necessarias.*»

V) A DESCOBERTA DAS MINAS

Seguiremos a crónica de Bocarro, o mais antigo documento que narra os episódios da descoberta das minas, sem dêle nos afastarmos um instante. Verdadeiro ou falso, ponderado ou exagerado, é o único recurso dos historiadores desta época. Segui-lo em determinados capítulos, para o repudiar noutros, não é critério.

Um dilema se impõe: ou Bocarro é um embusteiro mal informado e então nada se sabe da História de Moçambique entre os anos de 1600 a 1618, ou Bocarro foi investigador consciencioso e então deve ser seguido integralmente. A apreciação dêste escritor feita no prefácio da edição da sua obra pela Academia Real das Ciências de Lisboa em 1876, não nos autoriza o primeiro juízo. Ali, António Bocarro é apresentado como «*imparcial e severo na apreciação dos homens e das coisas*»; sentindo-se no seu trabalho «*a escrupulosa consciencia do escriptor*». É discutível o seu estilo «*em geral difuso*»; é «*a maior parte das vezes descolorido na pintura dos grandes quadros*», mas nunca foi acusado de menos probo nos seus processos de trabalho, nem posta em jôgo a veracidade das suas afirmações.

Escolher à lista os acontecimentos, a nosso bel-prazer, constituirmos nós a ementa a nosso gôsto, reputamos procedimento pouco criterioso.

A Década XIII assim nos conta os factos:

Ficando Diogo Simões já sem brigas e guerras dos mocarangas, posto que com a terra ainda levantada pelos botongas, logo entendeu em buscar prata nas serras que estão dois tiros de espingarda distantes do forte de S. Miguel; e para isso mandou a Diogo Teixeira, capitão do dito forte, e a Diogo Simões Batalha, seu sobrinho, capitão da infanteria, acompanhados de vinte soldados com suas espingardas, e alguns cafres também armados, para resistirem aos naturaes, se porventura as quizessem impedir, e

com elles mandou o cafre Cherema, senhor da terra, que Diogo Teixeira tinha preso desdo tempo que lho entregou dom Filippe, como fica dito; e desta maneira chegaram ás ditas serras, onde o cafre que ia preso apontou nellas um logar onde mandou cavar, e cavando-se perto de um covado de altura se achou uma pedra de prata que pezou dois arrateis e meio, e por ser já tarde se tornaram a recolher ao forte, e no dia seguinte, que foi o primeiro de Abril do anno do Senhor de 615, tornou a mesma gente às serras, e cavando no mesmo logar que cavaram o dia de antes se acharam muitas pedras pequenas de prata, e outra maior de trez arrateis (1), e junto a esta outra grande, que pezou duas faraçolas e trez arrateis (2), sobre a qual estava nascida uma arvore bem arraigada, que liava toda a pedra com as suas raizes; onde se viu claramente que as pedras eram alli nascidas e criadas, e não enterradas pelo cafre, como das primeiras se suspeitou, que o anno atraz Diogo Simões tinha mandado abrir. Finalmente foram continuando com a cava da prata posto que sempre com mão armada, e vigias sobre os cafres da terra. E deste modo se acharam naquelle logar e em outros ao redor deste em espaços de um tiro de pedra, mais de trinta faraçolas (3) de pedras de prata, umas grandes de duas faraçolas e meia (4), e de duas, e de uma e de meia faraçola, e outras menores, e meudas, das quais se tiraram dezoito mainas de trez arrateis cada maina (5), e todas estas pedras eram de tanto rendimento que as mais dellas fundidas respondiam com a metade de prata limpa, e a metade de escoria, outras pedras com uma parte de prata e duas de escoria, e algumas pedras se acharam tão puras de escoria que estavam nellas a prata quasi limpa, como se fora fundida, das quais tinha Diogo Simões ainda uma grande de duas faraçolas com uma ponta de prata limpa; e afora

Nota:

1 arrátel = 16 onças = 459 grs.
1 faraçola = $\frac{1}{10}$ do bar = 23,7827 Kg.
1 bar = 16 arrobas, 10 meticais e 8 onças = 237,8275 Kg.

(1) = 48,9375 Kg.
(2) = 1,372 Kg.
(3) = 713,481 Kg.
(4) = 59,456 Kg.
(5) = 24,786 Kg.

esta se viram outras duas mais pequenas, que tambem tinham a prata limpa e pura de seu nascimento; cousa formosa de ver.

Com esta abundancia de prata que se ia achando, escreveu Diogo Simões ao Visorei da India dom Hieronymo de Azevedo e a sua Magestade, dando-lhe conta das pedras de prata tão ricas que se acharam na Chicova, e que conforme ao rendimento dellas se se desse na mãe dellas, seria sua Magestade senhor das mais ricas minas que se sabiam; e juntamente pediu ao padre frei Francisco do Avelar, religioso da ordem de S. Domingos, que estava em Tete, quizesse ordenar com que estas pedras fossem a sua Magestade por via de religiosos de sua ordem, pois tinham trabalhado muito nesta conquista; e o padre se offereceu para elle mesmo levar as pedras, parecendo-lhe que nisso fazia serviço a sua Magestade; e Diogo Simões lhe entregou trez pedras de prata que pezavam tres faraçolas e meia, e cartas para sua Magestade e para o Visorei da India, e instrumentos authenticos, assignados pelos soldados da Chicova, em que se justificava achar-se aquella prata nas serras da Chicova, junto ao forte de S. Miguel. E desta maneira negociado se partiu o padre para Sena, onde Lopo Velho Preto se offereceu para o acompanhar até o reino com tão boas novas, e o padre folgou com sua companhia, e nesta conformidade se partiram para a India em julho de 615, onde chegaram a salvamento, e da India se embarcaram para o reino, onde tambem foram a salvamento, e as pedras de prata, cartas e papeis se levaram a Madrid a sua Magestade, que muito folgou de as ver, e com tão boas novas de prata houve muito alvoroço assim na côrte, como em Portugal, e com muita razão, porque se se conquistarem e descubrirem as minas de prata que dizem haver nestas terras do Manamotapa, será o reino de Portugal mais rico do que é, porque são muitas as minas, cujo numero se verá no seguinte paragrafo.

Foi longa a transcrição mas necessária, para se ver como em 1616 a crença, baseada em factos, na existência das minas da Chicova, era firme.

O relatório que passamos a analisar marca êste estado de espírito: a convicção em que se estava da grande descoberta, móbil da nossa acção principal na selva moçambicana, do fim do século XVI ao primeiro quartel do século XVII, quando Avelar parte para a Europa.

VI) ANÁLISE DO RELATÓRIO DE 1617

Autor. — O relatório de 1617 faz parte do volumoso Códice CV, que se guarda na Biblioteca Pública de Évora. Foi seu autor o padre dominicano Fr. Francisco do Avelar, missionário em Moçambique durante o tempo das buscas efectuadas na região da Chicova.

Foi companheiro e conselheiro do capitão Diogo Simões Madeira, tendo com êle vivido as duras lutas contra os cafres e compartilhado das suas alegrias, numa intimidade de todas as horas.

O seu nome citado por Bocarro, por Faria e Sousa, por Theal e pelo general Teixeira Botelho, aparece-nos como autor duma representação ao rei, até agora desconhecida.

O seu testemunho vem reforçar as afirmações de Bocarro, dando-lhe o pêso da sua autoridade de espectador de todas as cenas por êle descritas. Com efeito, Fr. Francisco do Avelar afirma ter aconselhado Diogo Simões Madeira na questão da doação das minas ao rei de Portugal, informa-nos que foi êle quem baptizou o filho mais novo do Monomotapa, diz-nos categòricamente que assistiu ao cavar das minas e à extracção das primeiras pedras. Foi êle, finalmente, quem conduziu para Portugal as amostras de minério, tão festejado em Madrid e Lisboa.

O relatório que se guarda em Évora não é com certeza o original que se entregou ao rei, então em Madrid. Deve ser o duplicado, feito na mesma ocasião, para ficar na posse do «Conselho da Coroa», que assistia em Lisboa ao govêrno do reino de Portugal. De facto, êsse documento antes de ser incorporado na colecção valiosíssima de manuscritos da biblioteca da capital alentejana, pertenceu ao arquivo do Marquês de Alenquer, conforme à margem está anotado no próprio

manuscrito. Ora, o Marquês de Alenquer era precisamente, em 1617, o Presidente do Conselho da Coroa, o que prova a afirmação feita.

O original do documento talvez esteja em qualquer arquivo de Espanha, onde, como se sabe, existe vasta documentação, sobretudo em Madrid e Simancas, a respeito das coisas de Portugal.

O relatório de Fr. Francisco do Avelar, cujas ideas principais vamos indicar, marca o estado de espírito dos portugueses em Moçambique nessa época. Quando o activo dominicano, missionário e patriota, parte para a sua viagem, o convencimento na descoberta das minas não admitia discussão. Esta, virá mais tarde. O seu relatório reflecte essa certeza, não deixa lugar a dúvidas. As cartas que recebe de Moçambique dum sobrinho do Capitão Geral e a carta de 1617, enviada pelos jesuítas, ainda mais o elevam em entusiasmos, motivando a sua exposição ao rei.

A carta régia para o Govêrno da Índia, escrita em Lisboa a 15 de Março de 1617, mostra que a notícia da descoberta das minas já chegara à Côrte: «*daqui enviei em vossa companhia um navio com gente e provimentos a Moçambique, assy para segurança daquella praça como para com isso se aguentar mais o proseguimento da conquista das minas, que se tem descoberto no distrito de Manamotapa, pelo muito que convem que a ambos estes particulares se proveja de todas as partes, conforme a grande importancia de que são* . . .».

¿ Quem sabe se esta carta foi motivada pela exposição de Fr. Francisco do Avelar? As datas não se opõem a esta opinião, antes a confirmariam.

O relatório agora apresentado fica sendo uma das mais antigas fontes para o estudo dos primeiros anos do século XVII em Moçambique. Pertencia essa primazia à Crónica de Bocarro, muito posterior, cêrca de vinte anos, ao relatório de Fr. Francisco do Avelar.

IDEAS DO RELATÓRIO. — No título vem a afirmação clara do nome do autor e a indicação dos assuntos a versar. O texto vem dividido com epígrafes próprias.

Começa por situar, com relativa precisão, o local das minas, historiando em poucas linhas a doação delas em 1607.

Faz o elogio da qualidade e quantidade da prata extraída, indicando o testemunho dos resultados das análises feitas em Madrid e Lisboa. Afirma o pouco custo da exploração e a sua grandeza, expondo a convicção, aliás corrente nessa época, de que a região mineira se estenderia até às minas de Angola.

Fornece-nos valiosos elementos sôbre as retribuïções que se davam aos trabalhadores indígenas pelo seu trabalho.

Torna aos encómios a respeito da boa qualidade do minério, evocando a autoridade daqueles que viram as amostras trazidas para a Metrópole.

Historia os acontecimentos da Chicova, estando de acôrdo com a Crónica de Bocarro, mas dando-nos novos detalhes, conhecidos por duas cartas recebidas em Portugal: a do sobrinho de Diogo Simões Madeira, possìvelmente o capitão de infantaria Diogo Simões Batalha que lá ficara com seu tio, e a carta geral dos jesuítas, de 1617. Termina a argumentação a favor das minas, exortando a que se continuem os trabalhos de pesquisa e a exploração.

Na segunda alínea do relatório o assunto desloca-se para os Rios de Cuama, o Zambeze de hoje, dando-se ao rei detalhadas instruções acêrca do que de melhor ali há a fazer: o número de soldados neces-

sários para a defesa do forte de S. Miguel e as coisas a enviar nos próximos navios. Considera ser já dispensável o forte de Santo Estêvão e alvitra-se a construção de outro em ponto mais estratégico, num penedo um pouco mais afastado.

Na terceira alínea faz-se a apologia da *curva;* presentes a oferecer ao Monomotapa, como o meio mais cómodo para se conseguir a liberdade de acção naquelas paragens, sem dispêndio de dinheiro e vidas que as guerras provocariam.

Na quarta alínea dão-se indicações a respeito das bôcas do Cuama, aconselha-se o levantamento de novo forte na bôca do rio de Quelimane.

Nas quinta e sexta apresenta-se uma série de alvitres defendendo a idea de uma alfândega no Cuama e calculando-se mesmo o seu futuro rendimento.

Na sétima dão-se informações curiosas a respeito da sustentação dos soldados.

Na oitava trata-se de fornecer indicações acêrca da navegação para aquelas paragens e da forma de govêrno mais conveniente.

Na nona põe-se a questão da exploração das minas e de quem deverá levá-la a efeito.

Na décima enumeram-se as produções daquelas férteis terras.

Na última alínea aflora-se a antiga questão das minas de ouro e dão-se indicações ao rei para o caso de querer continuar essa conquista. Esta última parte termina com judiciosos conceitos sôbre o govêrno eclesiástico da África Oriental, pedindo-se instantemente ao rei o provimento de Bispo para aquelas tão afastadas terras do Arcebispado de Goa. A argumentação empregada é cheia de ponderação, revelando-se o seu autor inteligente observador e competente conse-

lheiro em matéria de administração eclesiástica. No decurso da sua exposição refere-se à nomeação do 1.º Bispo D. Fr. Domingos Torrado, que sabemos ter sido feita em 21 de Janeiro de 1612, sendo até hoje duvidosa a sua tomada de posse. O relatório de Fr. Francisco do Avelar dissipa-nos todas as dúvidas: Essa nomeação *«não teve effeito por morte do ditto Bispo»*.

São estas, em curtíssimo resumo, as ideas expendidas no relatório de 1617 que na íntegra se vai reproduzir. O estudioso encontrará aí matéria vasta para largas congeminações.

A seguir às anotações geográficas, terá a palavra o P.e Fr. Francisco do Avelar, da Ordem dos Prègadores, que na sua linguagem simples nos vai dizer o que sabe das Minas da Chicova.

ANOTAÇÕES GEOGRÁFICAS À "RELAÇÃO" DO P.^E FREI FRANCISCO DO AVELAR

A região da Chicova (Checoa, Chicoa, etc.) é constituída por planaltos médios cuja altitude oscila entre 250 e 600 metros, verificando-se a NE, ao longo da série de rápidos, cascatas e cataratas de Cahorabassa, uma zona fortemente torturada que em diversos pontos atinge culminações que excedem os 1:000 metros, como na Serra Songa e na Djunsa. Toda esta área entre os rios Sanangoé e Pote-Pote, como limite Sul, e os territórios da margem esquerda do Zambeze até ao Nhimbe e secção terminal do Luio (da Macanga) teria certamente constituído um sistema mais homogéneo de montanhas. O Zambeze conseguiu rasgá-lo pelo meio, mas o trabalho de regularização, vertical e lateral do rio, e o dos seus afluentes nesta secção, está ainda muito longe de se dar por concluído.

Os tributários do Zambeze, duma e outra margem, trabalham ainda activamente no sentido de transformarem tal área numa plataforma planáltica (etapa da superfície de base), como aliás já foi em grande parte conseguido pelos outros afluentes do Zambeze na região da Chicoa e que se encontram mais para montante, como o Nhancapirire, Sica, Muze, Daqué, até ao Chôe.

Nesta vasta plataforma peneplanáltica para Sul da linha Zambeze-Sanangoé encontram-se vários «Inselbergs», ora terminados em formas

ponteagudas, ora mais adoçadas, e que excedem as duas cotas mais freqüentes dos planaltos médios: a primeira, mais extensa, com a freqüência 400-450 metros, e a segunda, mais reduzida, com a freqüência 550-750 metros (Tanara, Nhalugué-Chilema, Inhamalere, zona fronteiriça do Mazoe, etc.).

Quanto à existência dos «Inselbergs», são estes devidos à maior resistência perante a erosão normal de materiais rochosos encaixados em formações mais tenras. Em geral a tectónica não é de considerar em tais acidentes geomorfológicos, mas pode ser chamada a intervir na origem da formação. Assim, julgo, deva acontecer na região da Chicoa com a chamada Serra de Búnguè e Slutxia (erupções lávicas post-Karroo), Kalomokafué, etc.

A maior área da região da Chicoa é constituída por estratos de grande espessura, horizontais ou quási horizontais, correspondentes estratigràficamente às formações europeias classificadas de antracolítico (carbónico e pérmico) até à base do liássico e que na nomenclatura da África Austral se rubricam de «sistema do Karroo». A correlação dêste com os sistemas europeus-norte-africanos, todavia, tem como ponto de partida o carbónico superior. Demonstra-nos a grande espessura dêstes estratos que o depósito se teria feito ao longo dum vasto espaço de tempo e de um modo por assim dizer contínuo, e a sua quási horizontalidade que posteriormente à fase litogénica os esforços tectónicos foram mínimos, isto é, adentro do mobilismo, aliás constante, da crusta, não se registariam na África Austral, e particularmente na região considerada grandes fases paroxismais de natureza orogénica nem importantes movimentos locais epirogenéticos.

A semelhança entre estas formações sul-africanas e as correlativas estudadas na América do Sul, Índia, Austrália e Antártida faz-nos

recordar, por um lado, a teoria de Wegener da deriva dos continentes, e por outro lado a possível existência da célebre massa continental da Gondwana.

Os depósitos de Karroo são de fácies lagunar ou deltício e constituídos umas vezes por grés de base, a que se sobrepõem xistos argilosos, grés, xistos carbonosos e conglomerados, como no Karroo de Chiomo; outras vezes, como na enorme mancha da Chicoa — que Freire de Andrade calculou em 15:000 quilómetros quadrados — o Karroo é constituído por grés grosseiros, ora assentes em grés finos ora em xistos argilosos onde se têm encontrado carvões fósseis.

Três das séries do Karroo — Ecca, Beaufort e Stormberg — parece estarem representados na mancha da Chicoa. O sistema termina por erupções de lavas saídas pelas geoclases e representadas por largas extensões a Sul e Sueste da Chicoa e ainda por duas pequenas manchas nas serras de Búngüè e Manhèrere.

Já David Livingstone, passando pela região da Chicova, nos fala dêste grés tenro, de côr acinzentada, de vez em quando levantado pelas erupções basálticas. Estas deslocações são mais evidentes nas margens da ribeira de Naké (Daqué?), onde o basalto se encontra totalmente erguido, verificando-se, da superfície para a profundidade, um manto de grés em conglomerado, grés xistoso, xisto argiloso e por fim um filão de hulha bastante delgado, logo cortado por uma nova massa basáltica.

A maior altitude média e o aspecto torturado da já citada região de Chicoa para norte dos rios Pote-Pote e Sanangoé deve-se ao facto de essa área fazer parte do complexo granítico-gnêissico, mais antigo, e onde abundam rochas de grande resistência, como granito (biotítico e anfibólico) e gabros e diorites, mais antigos ainda, a ESE.

Como dissemos, o Zambeze vai dilacerando esta região, peneplanificando-a com dificuldade. Para a existência das chamadas cataratas de Cahorabassa podemos invocar duas explicações geológicas:

a) O curso do Zambeze não se harmoniza, ali, com a disposição do relêvo; é natural que primitivamente esta zona granítico-gnêissica houvesse sido coberta pelos grés do Karroo. Foi sôbre êste manto que começou correndo o Zambeze e logo tratou de sulcar o seu leito, aplanar as margens, carreando para longe os depósitos da cobertura mais moderna. Aparece então, nesta zona, o substrato antigo, estando em discordância com o rio; êste impõe-lhe o seu curso mas como aquele é irregular e de dureza desigual, daí a formação dos rápidos, quedas, etc. É o fenómeno geológico chamado *sôbre-imposição* ou *epigenia*.

b) Pode, porém, ter-se dado o caso de *antecedência*, isto é, a rêde do Zambeze estabeleceu-se numa superfície em via de surreição e correspondente a uma região plissada cujas complicações profundas se vão exteriorizando à maneira que a erosão progride. Ao enrugamento da superfície corresponderá um enrugamento cerrado, de fundo. O Zambeze vê-se, pois, hoje, obrigado a cavar o seu leito em virtude dum rejuvenescimento operado no maciço local e daí a formação de gargantas, rápidos, etc.

Quanto ao valor minero-metálico dos jazigos de prata na região da Chicoa, zona que fisiogràficamente, em síntese e só com auxílio dos mapas geológicos e hipsométrico na escala de $\frac{1}{250.000}$, acabámos de descrever, são muito contrárias as opiniões, quer dos leigos que viajaram na região ou curaram por informação, quer pròpriamente dos especialistas no assunto.

Hoje, os técnicos dizem-nos que nada poderemos afirmar de categórico a tal respeito, pois a região não está estudada em pormenor, já que nos encontramos ainda na fase inicial das pesquisas científicas. A Sul da Chicoa, entre o Chiôco e o Mazoe estão assinalados jazigos de galena argentífera, e qualquer de nós pode examinar no Museu Freire de Andrade o chumbo e a prata extraída de tal galena.

Esta é, de facto, rica no teor da prata, embora nada que de longe se aproxime das afirmações feitas pelo P.e Avelar na sua «Relação». O geólogo Hall, que ainda há pouco tempo pesquisou na região da Chicova, forneceu informações desfavoráveis quanto às possibilidades económicas da extracção de tal galena mas muito principalmente devido à carência de meios de transporte do minério e dificuldade de comunicações.

* * *

Quanto à situação das minas de prata diz-nos a «Relação» que ficam «*quasi em vinte graos da pe. do Sul na Ethiopia Oriental no Imperio do Manamotapa em hũa terra chamada Chicova pello rio de Quilimano ariba sento e trinta legoas afastadas do mesmo Rio dous tiros de espinguarda entrando por elle a mão esquerda da parte do Botongua trinta legoas assima do forte e povoação de Tethe ...*».

Parecem claras as palavras do P.e Francisco do Avelar, mas bem analisadas elas são de uma confusão extrema e envolvem uma série de problemas que convém destrinçar não simplesmente para a sua compreensão neste passo da «Relação», como em vários outros no decorrer da mesma.

Pela análise lógica do texto parece-nos que o P.e Avelar nos dá a situação da povoação de Chicoa (Chicova) mas por outro lado

diz-nos que a «terra» entra por êle (rio de Quelimane) *«a mão esquerda da parte de Botongua»*. De qualquer modo os 20º Sul da latitude estão errados. A povoação de Chicoa fica a 15º e 36' Sul e nunca em qualquer época passada a «terra» ou reino de Chicova alcançou, no limite meridional, o paralelo de 20º Sul. É de estranhar tão grande engano, pois com instrumentos simples, correntes nos séculos XVI e XVII, se poderia determinar uma latitude mais exacta. Na carta traçada por Arrowsmith, em 1857, e que acompanha o livro de Livingstone *(Explorações no Interior da África Austral* — Trad. de M.me Loreau, ed. de 1881) observa-se Chicoa a cêrca de 15º 41' Sul, o que se aproxima bem da verdade. Porém, os mapas de Pigafetta (Roma, 1591), Blaew e Sanson (século XVII) nem citam a povoação ou reino de Chicova, aparecendo-nos no mapa de Homanno (fins do século XVII) com localização errada, muito a norte do Zambeze. Nos mapas de L'Isle (1708) e D'Anville (1727) o reino da Chicova alarga-se para Norte e Sul do Zambeze mas a localização da povoação já se encontra muito próxima da verdade: no primeiro, um pouco a Norte do paralelo de 15º Sul e no segundo um pouco a Sul do mesmo paralelo. Qualquer destas cartas traz a anotação de no reino de Chicova se encontrarem muitas minas de prata.

Quanto à afirmação de a «terra» entrar pelo rio *«a mão esquerda da parte do Botongua»*, tanto pode o P.e Avelar referir-se à Botonga, a Norte do Báruè, entre o Luenha-Mazoe e o Zambeze, o que é mais natural, ou à Botongua a Oeste do Save, na antiga Butua, o que é muito pouco provável. Se falamos nesta segunda Botongua é porque tal reino é atravessado pelo paralelo 20º Sul, citado na «Relação», pois esta ao falar dos Rios de Cuama diz que Botonga *«fica a entrada a mão esquerda ...»*.

No que respeita às distâncias entre tal ou tal lugar quási sempre a «Relação» as refere em léguas, e antes de nos pronunciarmos pela exactidão das afirmações nos diferentes passos faremos algumas considerações sôbre o valor da légua nas épocas próximas ao tempo do relato.

Os portugueses e espanhóis usaram no século XV o grau de meridiano determinado por Abul Assam, de 66 2/3 milhas, ou sejam 16 2/3 léguas, tendo cada légua 4 milhas. No final do século XV aparecem os graus de meridiano com 17 1/2 léguas, mas Duarte Pacheco Pereira, em 1505, já indica 18 léguas ao grau, sendo aliás pouco seguido, pois até ao século XVIII permaneceu mais usada a medida de graus de 17 1/2 léguas, conquanto a determinação de Duarte Pacheco fôsse muito mais próxima da verdade, já que o seu êrro era apenas de 4 % (grau de 17 1/2 léguas = 103,6 quilómetros; grau de 18 léguas = 106,56 quilómetros). Tendo, pois, cada légua 4 milhas italianas de 1:480 metros, teremos para a légua marítima portuguesa 5:920 metros.

Contudo também existia a légua de 4:936,96 metros usada por Colombo, pois a sua milha era apenas de 1:234,24 metros.

Julgo não errar afirmando que o P.e Francisco de Avelar subentende, nas distâncias indicadas, léguas portuguesas de 5:920 metros. Diz-nos por exemplo:

1.º — *«... Chicova pelo Rio de Quilimano ariba sento e trinta legoas ...»*.

Efectivamente a distância entre a foz do rio de Quelimane e a Chicoa é de cêrca de 720 quilómetros, indicando-nos a «Relação» 130×5:920m = 769,6 quilómetros, número muito próximo da verdade. Pelo mapa que acompanha o já citado livro de Livingstone, Chicoa

fica a 145 léguas (comuns de França) da foz do rio de Quelimane, mas aqui já se deve tratar da légua de 5:000 metros, o que nos dá 725 quilómetros.

2.º—Chicoa «... *trinta legoas assima do forte e povoação de Tethe*».

De facto as 30 léguas do P.e Avelar dão-nos 178,6 quilómetros, distância quási exacta à verdadeira que separa as duas localidades.

3.º — Falando-nos das minas de prata da Chicoa diz-nos a «Relação» que «*segundo a opinião de mtos. confinão com as Minas de Angola donde seve claro que são mais de 400 legoas de minas*...».

Pondo de lado o entusiasmo do P.e Avelar a respeito do valor e extensão das minas de prata, sempre diremos, no entanto, que a sua alusão às minas angolanas tem razão de ser, pois no primeiro quarte do século XVIII muito se falou da riqueza minero-metálica do reino de Angola. A tal se refere Baltasar Rebêlo de Aragão, citando muito especialmente cobre e ferro e «*dizem haver muita prata*». O mesmo em relação às minas de Benguela e por isso pedia ao rei que enviasse desterrados a povoar tais terras e também mineiros e fundidores e bem assim 150 soldados para que a terra estivesse «quieta».

Quanto ao número de léguas é interessantíssimo o confronto entre a distância indicada na «Relação» e a verdade.

Temos em linha recta de Chicoa ao Manicongo 2:350 quilómetros, e as 400 léguas da «Relação», a 5:920 metros, dão-nos 2:368 quilómetros!

4.º — Falando-nos dos Rios de Cuama diz-nos que êles «*desbocão no Mar por duas partes hũa a que chamão Luabo e outra Quilimane e dista hũa da outra trinta legoas*...».

Conquanto as transformações no delta do Zambeze sejam constantes, parece evidente que as duas embocaduras extremas se têm conservado mais ou menos à mesma distância. Hoje, entre êsses dois

pontos, temos cêrca de 185 quilómetros, ou sejam as 100 milhas que vários livros referem, o que está perfeitamente de acôrdo com as 30 léguas. (30×5:920 metros=178,6 quilómetros). Também Fr. João dos Santos (*Etiópia Oriental*, Lx. — 1811 — pág. 229) assinala 30 léguas entre os braços extremos do delta zambeziano.

5.º — Um pouco mais adiante diz-nos a «Relação» que «*dista este Rio* (Cuama) *de Senna que he Primeira povoação nossa sincoenta legoas*...».

Esta distância, 300 quilómetros, aproximadamente, é muito próxima da exactidão absoluta, bastante mais do que a indicada por Fr. João dos Santos: «*sessenta legoas de caminho*» (pág. 167, *op. cit.*).

6.º — «...*e daquy* (Sena) *a Thete segunda povoação ha tambem 50 legoas*...».

De facto, pelo rio, entre Sena e Tete temos cêrca de 290 quilómetros ou sejam as 50 léguas (de 5:920 metros) da «Relação», número mais certo que o indicado por Fr. João dos Santos: «*Indo de Sena para Tete (que são sessenta legoas de caminho pelo rio acima) achamos muitas e perigosas correntes*...» (pág. 229, *op. cit.*).

7.º — «...*e desta povoação* (Tete) *ao Penedo ha 18 ou 20 legoas e do Penedo te o forte sam Miguel das minas doze ou quatorze. De man.ra que de Quilimane as Minas são 130 e tantas legoas*».

O «Penedo» que nos cita a «Relação» é o comêço (para quem sobe o Zambeze) das cataratas de Cahorabassa que se estendem por 112 quilómetros. Todas as medidas indicadas são de notável exactidão.

8.º — Para concluirmos a averiguação da verdade nas distâncias indicadas pelo P.e Avelar referiremos que êste nos diz que Chicoa fica a «*dous tiros de espinguarda*» do rio, o que é verdade .. em relação

às armas do primeiro quartel do século XVII, pois a Chicoa fica a cêrca de 300 metros da margem direita do Zambeze, a uma fraca altitude, mas suficiente para dominar as peneplanuras adjacentes.

* * *

Para esclarecimento de alguns passos do capítulo da «Relação» intitulado «Dos Rios de Cuama», faremos umas ligeiras referências ao Zambeze, detendo-nos mais tempo na região da embocadura.

O Zambeze nasce no Monte Caomba, a 1:524 metros de altitude, a 11° 26',5 de Lat. Sul e 24° 23' Long. E. Green. Tem cêrca de 2:200 quilómetros de extensão e a sua bacia hidrográfica é calculada em 1.400:000 quilómetros quadrados. Até às cataratas de Mosia-oa-Tunia, ou de Vitória, o Zambeze denomina-se Liambai, sendo depois conhecido com o nome de Liambeje, Riambeje e por fim Zambeze. Umas vezes, o rio, na secção terminal, outras só na zona deltícia e ainda outras compreendendo as regiões adjacentes foi conhecido, desde o final do século XV, com o nome de Cuama, Rios de Cuama, Terras do Cuama, etc.

Entra o Zambeze em território moçambicano junto do Zumbo e corre por 880 quilómetros até à embocadura.

Poderemos considerar o *Alto Zambeze,* desde a nascente até às cataratas da Vitória, oferecendo navigabilidade para pequenas embarcações; *Médio Zambeze,* desde a última cascata até pouco abaixo da Chicoa, igualmente navegável para as mesmas embarcações por espaço de 1:500 quilómetros; *Baixo Zambeze,* desde a Penha dos Arrojados ou do Inferno, próximo da confluência com o M'Sanangua ou Mussanango, até à foz, navegável para embarcações médias, isto é, até 1 metro de água. Nas grandes estiagens, porém, a navegação torna-se difícil

para barcos que demandem mais de $0^{m},5$ de água e mesmo nas cheias é por vezes perigosa devido aos materiais — troncos de árvores, etc. — que o rio arrasta. Portanto, a secção não navegável dentro da parte moçambicana corresponde aos 112 quilómetros, aproximadamente, das cataratas de Cahorabassa (Caoura-Bássa, Karcabasa, Cahoura Bassa, Caroabassa, Queruabassa, etc.), que vão do rápido Inhacataco até à Porta, ou Penha dos Arrojados.

O Zambeze, de enorme largura do Zumbo à Chicoa, chega durante a estiagem a ter umas escassas dezenas de metros na zona das cataratas. Abaixo de Tete encontramos duas ilhotas permanentes, sendo uma, a das Galinhas, fronteira à povoação. Várias outras ilhas aparecem nas proximidades da Lupata, variando a largura do rio entre 300 e 800 metros. Próximas do passo da Lupata evidenciam-se as ilhas de Moçambique e de Carmanamano, esta por vezes ligada por uma flecha à margem direita. O Zambeze não vai, então, a mais de 200 metros de largura, mas passada a garganta logo as águas se espraiam por vários quilómetros de uma a outra margem.

Depois da Serra Chamoara, a cêrca de 130 quilómetros da foz, o Zambeze forma um delta de mais de 8:000 quilómetros quadrados, sendo numerosos os braços. Ao longo do tempo as modificações do delta são constantes, de modo que a entrada do rio ora se executa por êste, ora por aquele canal. Provocam as águas de enxurrada a abertura de novos braços, erodindo fortemente os depósitos que vão acumular-se noutras paragens; outras vezes o mesmo acontece com a retenção dos materiais líticos, ramarias, etc., pelas associações de mangal, de modo que as águas desviam-se, rasgam novos sulcos e aparece uma restinga onde anteriormente era o leito cavado do curso de água.

Ainda nos últimos tempos grandes transformações se têm operado na barra do Chinde pondo em perigo esta povoação, desaparecendo uma grande área de terras na margem Sul e Ponta Liberal e emergindo terras na margem Norte. (Vêde *Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique*, n.º 43, págs. 269 e seg.).

Frei João dos Santos (*op. cit.*) diz-nos a respeito do delta: «*Ao braço principal e de mais agua chamam rio de Luabo; o qual também se divide em dois braços, um d'elles se chama rio de Luabo Velho, e o outro Cuama Velho, d'onde parece que todos estes rios tomaram o nome de rios de Cuama. O braço menos principal se chama rio de Quilimane ou Rio dos Bons Signaes.*» No século XVI era o rio de Quelimane a entrada mais freqüentada, durante seis meses do ano, para o Zambeze. Ainda no século XVII, pelo menos no primeiro quartel, tal acontecia, e tanto que a «Relação» do P.e Avelar nos diz: «*e porque não convem aos sirviços de sua Mag.de tantas barras, he necessario que a de Luabo se entulhe o q̃ facilm.te se fara dando fundo nella dous navios velhos, para assy não poder entrar por ella Inimigos*».

E noutro passo: «*Quilimane he a boca do Rio onde vão as embarcações tem a sua barra tres braças de agoa nas enchentes de agoas vivas*».

Hoje, caminhando de Sul para Norte temos os seguintes braços principais do delta:

1) *Luabo de Oeste* ou *Rio Luana*, separando os antigos prazos de Melambe e Cheringoma;

2) *Melambe, Melambo* ou *Metambe*, que junto de Goche se reúne à do Inhamissengo;

3) *Inhamissengo* ou *Kongone*, freqüentado durante muitos anos e por onde entrou Livingstone em 1858, mas hoje impraticável;

4) *Luabo de Leste, Timoé* ou *Cuama*, que deve ser a saída mais natural do Zambeze, correspondendo ao seu leito médio;

5) *Barra Catarina*, perigosa e desabrigada;

6) *Barra do Chinde*, ligada ao Zambeze pelo canal do mesmo nome e hoje a mais freqüentada pela navegação, confluindo com o Zambeze cêrca de 3 quilómetros a jusante do pequeno rio Inhacatina;

7) *Rio de Quelimane, Quáqua* ou *Bons Sinais*, cujo braço é influenciado pelas marés até 80 quilómetros da embocadura (Mogurrumba), tendo para montante dêste ponto pouca água na estiagem e daí a impraticabilidade actual da navegação.

Entre a barra do Chinde e a de Quelimane atravessam o triângulo de terras vários rios, como o Linde, Maindo, Inhamona, etc., que na época das cheias se transformam em canais de comunicação entre si e para o Zambeze e Bons Sinais, transformando-se o delta numa rêde de estreita e confusa malha de braços.

* * *

Em diversos passos da «Relação» fala-nos o P.e Avelar de fortes construídos, ou a construir, a fim de se fazer a ocupação efectiva da região de modo a poder trabalhar-se na extracção do minério de prata sem receios ou sobressaltos.

Assim, o forte de S. Miguel da Chicova, na própria povoação, foi construído em 1614, e neste mesmo ano, Estêvão de Ataíde, capitão-mor, mandou erguer o forte de Massapa, vizinho do de Quizimba, e ali ficou uma guarnição portuguesa sob o comando de Diogo de Carvalho. Existia uma povoação de Massapa, no mercado de Fura, onde os frades dominicanos localizaram uma Missão. A carta de

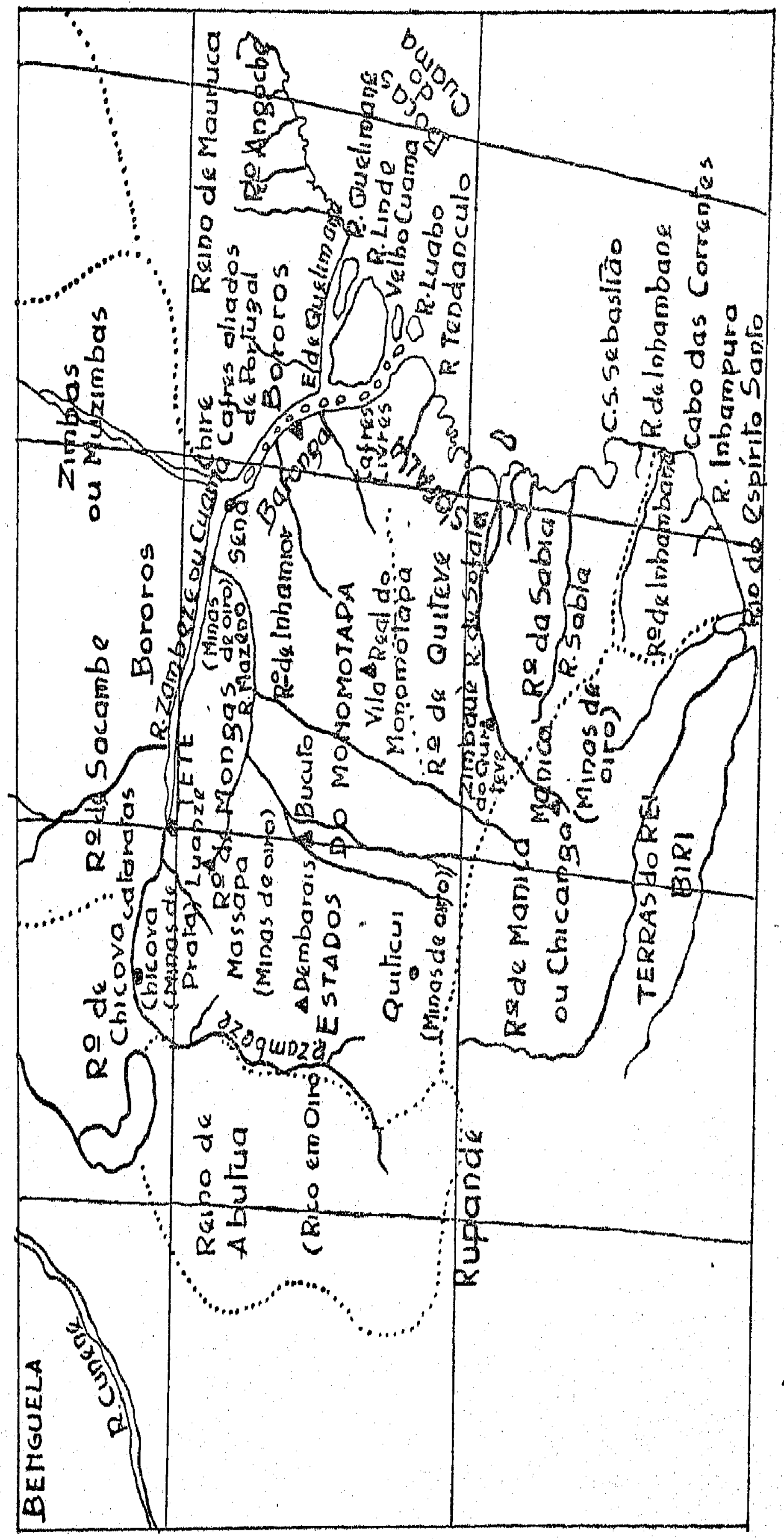
D'Anville (1727) localiza «Maçapa» a Sul do reino de Munhai e hoje as cartas assinalam Massapa na segunda cota de planaltos médios da Chicoa, a cêrca de 600 metros de altitude, próximo da confluência do Banha com o Impata.

O forte de Luanze ficava a cêrca de 40 léguas a sudoeste de Tete, na feira onde os dominicanos tinham outra Missão e também é assinalada na carta de D'Anville. Quanto ao forte de Cerupande, que o P.e Avelar diz haver necessidade de erguer, não conseguimos determinar a sua localização nem temos conhecimento que haja sido levantado, mas a crónica de Bocarro informa-nos «que as terras de Urupande (Cerupande?) ficam a um mês de caminho de Tete pela terra dentro para o sul». De facto, Urupande é assinalado em várias cartas da época e posteriores.

A «Relação» fala-nos dos fortes bem conhecidos de Tete e Sesme *(sic)*, entendendo que êste último se refira ao de Sena e se trate de possível êrro do copista do documento original, e ainda da necessidade de construir um forte no sítio do Penedo, substituindo o forte de Santo Estêvão *«que fes Dom Estevam de Athaide»* e *«que fica dahj a tres ou quatro legoas»*.

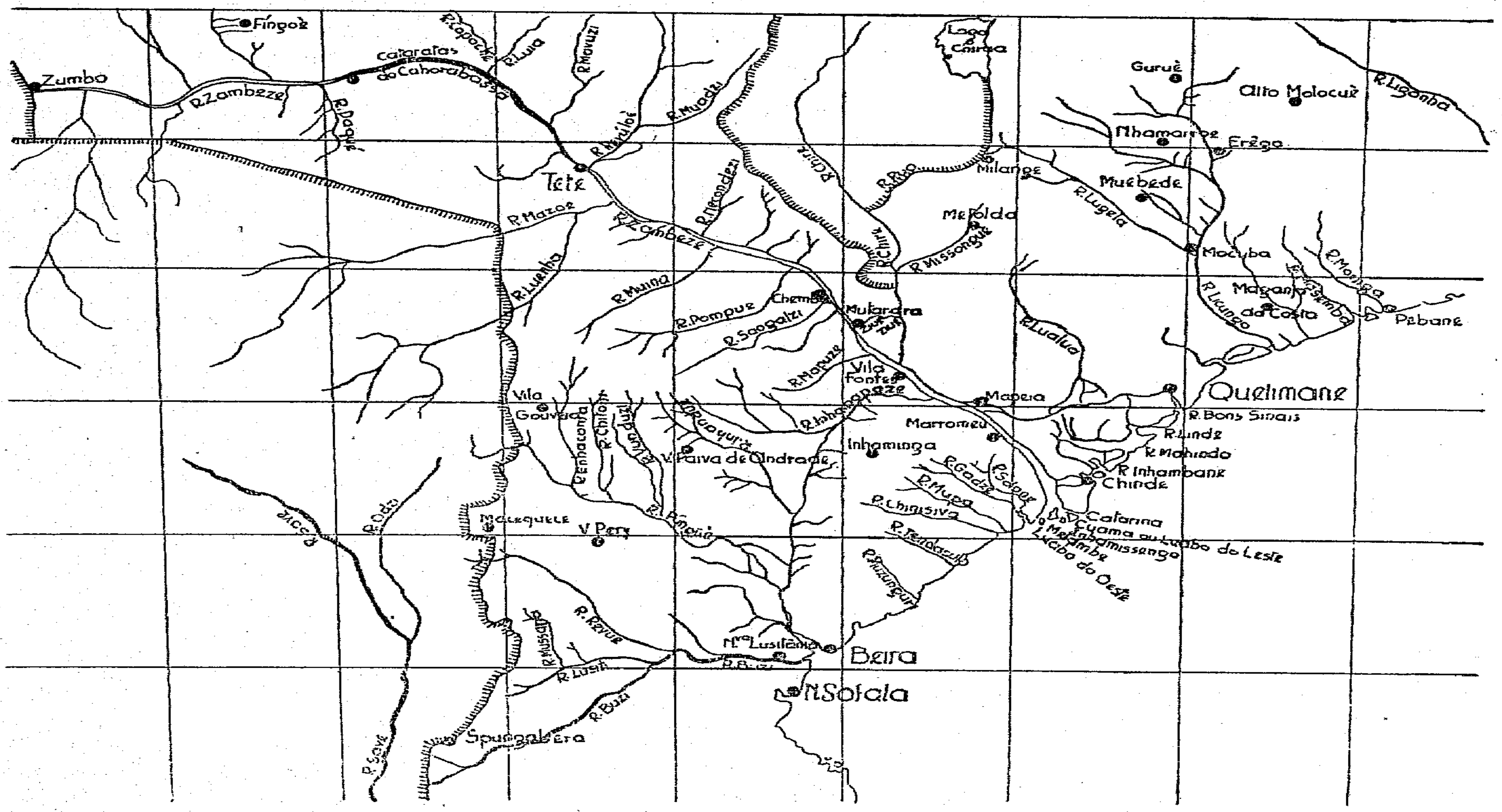
* * *

Nos mapas que acompanham estas anotações geográficas poderemos observar as diferenças entre a cartografia dos aspectos fisiográficos no século a que se reporta a «Relação» do P.e Avelar e a do presente. Na primeira das cartas também poderemos, grosseiramente, localizar muitos dos reinos, povoações, fortes, etc., mencionados na interessante «Relação» que, na íntegra, vamos transcrever.



Com base numa carta do século XVII, indicam-se os principais reinos e a concepção cartográfica da região do Zambeze na época a que se refere a Relação do P.e Avelar

Traçado e arranjo de O. Boléo



Traçado actual da parte portuguesa da bacia do Zambeze, assinando-se a sede das circunscrições e concelhos

Reprodução e desenho de O. Boléo

Relação das Minas de prata da Ethiopia oriental do Império do Monomotapa e das Cousas necessarias e pertencentes para sustentação e conservação dellas e dos Rios de Cuama feita pello P.e fr. Francisco *do Avellar da ordem dos Preguadores.*

As Minas de Prata estão quasi em Vinte graos da p*arte* do sul na Ethiopia oriental no Imperio do Monomotapa em hũa terra chamadà Chicova pelo Rio de Quilimano ariba sento e trinta legoas afastadas do mesmo Rio dous tiros de espinguarda entrando por êlle a mão esquerda da parte do Botongua trinta legoas assima do forte e Povoação de Tethe as quais Minas são ja oje sua Mag*esta*de por doação feita pello mesmo Monomotapa a qual a alcancou delle Dioguo Simoes Mad*ei*ra no ano de Seicentos e sete pellos concelhos do P.e fr. Franc*isco* do Avellar. A grandesa destas minas se collige de m*ui*tas cousas E comessando pella bondade e quantidade da prata parece q*ue* não ha Memoria de homens que lessem dos Antiguos nem vissem em nossos tempos prata tão fina e em tanta quantidade porque conforme ao ensaio que se fez na Corte e o q*ue* o Visrey de Portugal mandou fazer nesta Cidade de Lisboa de quada tres Quintais de pedra se tira hũ de prata e tão fina que nào Pode ser Mais de man*ei*ra que excede a bondade della a fama tão antigua que avia destas minas. — Aguora escrevem os Padres da Companhia na sua Carta geral que la na India rende mais de a metade e cuydo que quanto mais vao cavando vão dando com prata de Mor rendim*ento*. A quantidade que ha nestas Minas de prata affirmão os Cafres naturaes; e os Portugueses velhos e antiguos que nestas partes vivem que he innumeravel e q̃*ue* he tisoiro que se não pode esguotar e segundo a opiniào de m*ui*tos confinão com as Minas de Angola donde se ve claro que são mais de 400 legoas de Minas, e mande sua Mag*esta*de como convem pessoas praticas nesta matteria discubrirão mais do que se tem discuberto.

Das ainda mais famozas estas minas a grande comodidade e o pouco custo que ha para as poderem lavrar porque não he necessario comprar os Escravos por tresentos cruzados como se compram para as Minas de Castella nem gastos tão excecivos em os manter porque os naturaes são de grandes forças e trabalho andarão cavando todo hũ anno por dous outros pannos de Cambaia que custão quasi nada e ha muita lenha por serem os matos grandes e muita agoa que he a do Rio com esta tão piquena despesa tem Sua Magestade quantos trabalhadores for sirvido e segundo o rendimento da prata e quantidade que ha com tão pouco custo cavarão e fundirão muitos mil quintais e de cada tres mil quintais de pedra fundirão mil de prata fina, Ou segundo as novas que aguora vem de dous mil quintaes de pedra mil de prata que monta hũ milhão e meo de ouro e assy vira a emportar muyto a sua Magestade E virão a este Reyno muitos milhões de ouro com menos trabalho e menos gastos do que tem as Minas da Coroa de Castella, e mostrando eu nesta Cidade de Lisboa hũa pedra destas a hũ Castellano pratico e Entendido que andava muito tempo nas minas occidentais E tinha visto muitas minas Admirado e Espantado de ver tal metal diante de algũs Padres graves me disse que erão Estas as mais ricas Minas do Mundo E que estas pedras quada qual sobre sy erão geladas da humidade da terra E calor do sol e que lhe parecia E era de openião que toda aquella terra donde forão tiradas era a mesma prata e que fundida rendiria o mesmo o que não duvido pois se achão muitas minas em Pirû cuia terra fundida he prata sem terem pedras E desta mesma opinião he hũ P. Galvido Castelhano que esta em Madrid grande fundidor de minas e se se não fez experiencia foy por não aver nenhũ fundidor em Cuama. Quanto a dificuldade que algũs representão que não parece serão minas e que podia acontecer Visto o que a Francisco Barreto que foy posto hũ pedaço de pedra a mão por hũ negro que tinha prometido mostrar as minas E depois de amostrar fugio, e nunca se pode achar outro rastro algũ dellas. O que fassa aguora pello contrario porque sendolhe dado as minas que Dioguo Símois Madeira pello Monomotapa e hũ negro para lhas mostrar, e supposto que loguo no principio em chegando a Chicova usou de engano porque pedindolhe que mostraçe onde estavão pedio de Espaçio hũ ou dous dias dando por escusa a sua gentelidade

que lhe era necessario ver primeiro a lua nova e neste meo tempo tirou hũa pedra muito piquena que pesava noventa Crusados e a pos em outro lugar na superfiçie da terra e Loguo achamos ser ahy posta por industria donde se ve que donde o Cafre a tirou não era muito longe senão o lugar que agora achamos e se ve Claro porque este negro depois que nos fes este engano esteve quasi sempre preso em nosso poder que forão mais de des meses. Asy que se ve claro que não tem isto cousa que faça duvidar e ainda quando se não quisessem convençer os que poem a duvida ficão fora de e da que naquelle contorno estão as minas porque o metal Em pedras he nativo como se ve na mostra e de tanta importançia que se não pode dar Maior e tanta Copia não podião traser de muito longe quanto mais que em caso que elles nos quisessem enganar bastava hũa so Pedra e não tantas huas grandes e outras piquenas achandosse pedra que pesava mais de tres arrobas e mea e outras tão piquenas como hũ ovo e asserem postas por industria devião todas de ser escolhidas e grandes e se Sua Magestade sem saberem onde estavão tem metido tanto Cabedal quanto mais aguora he bem se verificem pois ha tantos indiçios de serem estas Minas que se buscão Ha tantos annos tambem a serem tiradas e postas ahy devião ser as pedras cortadas o que não achamos nestas, pois todas erão inteiras e quada qual nacidas assy e a terra onde se acharão era muito forte e Rija, e tinha alguas ariorasinhas por sima no que dava a entender não ser bolida nem ellas aly postas senão que são as minas verdadeiras que tanto tempo ha se busção e se fica continuando em tirar prata porque depois de minha partida tive hũa Carta de hũ sobrinho do Capitão geral na qual me dis ter seu tio tirado muita prata a fora o que tinha mandado que erão treze ou quatorze arrobas e aguora neste presente anno de milceiscentos e dezasete escrevem os Padres da Companhia na sua Carta geral as seguintes palavras.

Treslado da Carta geral dos Padres da Companhia de Jesus neste anno de 1617. As novas minas de prata de Sofala são muito boas porque se escreve que alem de se tirar muita responde a mais de metade o que se assy como afirmão em poucas minas se achara tal respondencia a verdade he quella corre ia por toda aquella Costa em abundancia e ha ia baixellas della e chegua a

Goa, mas prasa a Deus (assy como em o mais) que não discubramos para outros porque a levam m*ui*tos E não sem fundam*ent*o deixe de se meter neste particular o Cabedal que para tão importante neguocio he necessario nem se fação os favores dividos a quem as conquistou e entregou com trabalho e despendeo o seu como pede a rezão. Estas novas se tirão das Cartas dos P*adr*es Diogo Roiz e An*toni*o Roiz e da relação geral dos P*adr*es da Companhia donde se ve a m*ui*ta prata que oje se tira e se diserem q*ue* estas pedras são regastadas com as naturais asso respondo que pois elles escavão comnosco he sinal que ha Minas donde se tirão tanta pedra, E se ha minas mande Sua Mage*sta*de saber donde estão que esta foy atenção dos Reis portugueses quando ha tantos annos mandarão conquistar. Quanto mais que eu sou testemunha de vista e traguo hũa justificação assinada por sesenta portugueses os quais todos virão pellos seus olhos e se acharão pres*ent*es quando Dioguo Simois Mad*ei*ra as discubriu e nós as cavamos.

Ao que toca ao primeiro dos Rios de Cuama.

Quanto ao prim*ei*ro dos rios de Cuama he necessario primeiram*ent*e mandar Sua Mage*sta*de hũ galeão a Moçambique ou hũ par de navios com quatro centos homes The (*sic*) 300 com ordem que tanto q*ue* cheguarem partam loguo para os Rios de Cuama em Embarcações piquenas, para com elles se sustentar o q*ue* se tem ganhado e conquistado e asegurar poderemse cavar as minas, por fycar o forte de São Miguel de Chicova que he o que esta sobre as minas de Prata sercado de sinco ou seis mil Cafres e o Visorrey da India o anno passado não pode mandar mais que sincoenta homens, os quais todos deviam ficar em Mocambique pella grande necessidade que delles tem Ruy de Mello de Sampayo para a fortaleza por ficar a minha partida com pouca gente arespeito de lhe ser toda a que tinha acolhida por criada Costa e Este socorro hesse de mandar loguo neste mayo de 617.

He necessario mandar sua Mage*sta*de nestes Navios m*ui*ta polvora pilouros e arcabuzes esmiriloes grandes p*ar*a a defença dos fortes e outros petrechos de guerra e pello menos 150 cousas darita, para os soldados, pecas grossas não são necesarias, mais que alguas para o forte q*ue* se hade faser em Quiliman (como abaixo diremos) hũ fisico bom e botica boa provida de todo o

necessario que a pura mingua morrem la os homens, m*ui*tos fundidores e alguns mineiros q*ue* desenguanem como estas. São as minas que se buscam sobre as quais ja os Reis Portugueses tem feito tanto e sua Mage*sta*de metido tanto Cabedal porque sem duvida são as verdadeiras segundo a quantidade e prata Q*ue* se tirou por duas veses q*ue* cavarão e segundo o que aguora escrevem estar toda a Costa de Melinde e toda a India chea della que ja comessão a faser os homens sirviço de prata nova destas minas e conforme a disposisão da terra onde se Cava, E primitio Deus Nosso Se*nhor* discubrirse este tão grande tisoiro no tempo da Monarchia de sua Mage*sta*de para acrecentam*ent*o de sua real Coroa e angra*ndecimento* de nossa Santa fe Catholica.

Para sustentacão e fortificacão do Forte de São Miguel q*ue* he o das minas que aguora bastão oitenta homes te cento a fora os officiais q*ue* quantos mais forem tanto mais prata fundirão e cavarão.

O forte de S. Estevão que fes D. Estevão de Ataide suposto que fosse de m*ui*to effeito para se discubrirem estas minas; oje que ja estão discubertas parece q*ue* se pode escusar; por não ser de nhũ effeito e faserse outro no penedo que fica dahy a tres ou quatro legoas e athe este lugar podem navegar embarcacões e porq*ue* nesta paragem estão huns penedos grandes no meo do Rio que o fasem inavegavel podem caminhar por terra the (*sic*) o fim do penedo, que he hũa distancia m*ui*to piquena e ahy tornar a embarcar em outras embarcacoes (q*ue* ahy estarão) the as minas que são des ou doze legoas e do principio do penedo te o fim delle podem levar os petrechos para as minas e traser a prata dellas em Carros de bois que os ha la m*ui*to fermozos e grandes, e he necessario q*ue* vão os officiais que saibão faser Carros e ferreiros para a ferram*ent*a que madeira nem ferro m*ui*to não falta em Cuama e para este forte do Penedo bastão trinta te quarenta homes.

Da Curva ou Prezente se da ao Manamotapa He de m*ui*ta importançia E quasi fundam*ent*o necessario darse infalivelm*ent*e ao Emperador Manamotapa a sua Curva usando no modo de lha dar do ter mais conveniente que pareçer mais ao sirviço de sua Mage*sta*de como sempre lho deram os Capitais de Moçambique para assy elle franquear as suas terras de modo que possão entrar e sair por ellas assy os mercadores do ouro, como os que forem a

1826

prata sem nhũa contradição; porq*ue* menos custoso sera a sua Mages*ta*de dar esta Curva em nome de prezente e amisade que são de tres em tres annos tres ou quatro mil Crusados em roupas em respeito aquietação e paz que se compra com este prezente que qual despesa e dano que se sigua se estiver a terra de guerra como aguora esta por se não dar ao Manamotapa a Curva.

As resoes que para isto ha são m*ui*tas e quada qualquer della de m*ui*ta importançia. A primeira he q*ue* loguo tudo fiqua em guerra e daqui se seguem os mais inconvenientes porq*ue* a naveguacão dos Rios não fica tão segura os fortes ficão mal providos de mantimento necessario os Cafres que servem nas minas todos fogem e em conclusão usando aquella Conquista quietissima e chea de m*ui*tas riquezas e de façil comerçio pagandosse esta Curva e não a dando tudo se converte em confusão e impossibilidades contra o sirviço de sua Mages*ta*de e q*ue* redundão em grave dano e perjuiso de sua real faz*en*da e alem do proveito que isto resulta para as minas de sua Mages*ta*de e dos Mercadores q*ue* tratão naquelle Imperio estando tudo pacifico procurarão os Cafres viver perto das nossa fortalezas e com isto pode sua Mages*ta*de avassalar m*ui*tos delles com os quais ficuão os fortes mais siguros e o Imperio de sua Mages*ta*de mais amplo e os Mercadores mais quietos resgatarão m*ui*to ouro e a fazenda real mais acresçentada com o tributo q*ue* estes Cafres nos hão de dar. Nos fortes de Sesme (?) e Thete não ha q*ue* acreçentar nelles porque a gente Cazada e os Mercadores q*ue* sy tem bastão para os defender vindo algũa guerra contra elles q*uan*to mais que o forte de Sima (?) tem mais de *200* negros vassalos que nos obedecem e o de Thete tem mais de *190* vassalos e todos estes negros tem de obrigação ajudarnos em todas as nossas guerras e ha m*ui*tos Portugueses q*ue* tem mais de tresentos ou quatrocentos escravos e alguns tem 600 e 800 cativos seus os quais todos defendem estes fortes.

Dos Rios de Cuama

Os Rios de Cuama desboção no mar por duas partes hũa a que chamão Luabo e outra Quilimane e dista hũa da outra trinta legoas, e de Mocambique ao Pr*imei*ro Rio que he o de Quilimane ou rio dos bons sinais *90* legoas e neste vem as embarcacões de Mocambique com fato; e porque não convem aos

sirviço de sua Mages*ta*de tantas barras, he necessario que o de Luabo se entulha o que facilm*ente* se fara dando fundo nella dous Navios Velhos, para assy não poder entrar por ella inimigos nem sair prata furtada ou mercadorias vedadas.

Quilimane he a boca do Rio onde vão as embarcacões tem a sua barra tres braças de agoa nas enchentes de agoas vivas onde podem entrar Navios galiotes e Caravelas grandes mas he necessario piloto da terra que os guie por ser a entrada de m*ui*tas voltas, e dista este Rio de Senna que he a Primeira povoação nossa sincoenta legoas a qual Povoação esta entrando pello Rio arriba a mão esquerda bem a par do mesmo rio, e tem mais de 190 Portuguezes a fora m*ui*tos homens da India Cazados que fasem hũa Povoação grande e fermoza, e daquy a Thete a segunda povoação ha tambem *50* legoas e dista da mesma parte ao longuo do Rio e tera *60* ou *70* Portugueses com m*ui*tos homens da India e desta Povoação ao Penedo ha *18* ou *20* legoas e do Penedo te o forte sam Miguel das minas doze ou quatorze. De man*ei*ra que de Quilimane as Minas são *130* e tantas legoas.

Na boca do Rio Quilimane da parte do Botonga que fica a entrada a mão esquerda, he necessario mandar sua Mages*ta*de que se faça hũ forte e por nelle pello menos sincoenta homens com alguas pecas grossas para que em caso que com esta prata tenhão apetite os Olandezes e Ingrezes de a irem buscar lhes possamos defender a entrada.

He tão bom comodo para esta Conquista a grande Copia de ferro e Cobre que nestes Rios ha, assy para de ferro fazer Armas tudo o mais que for necessario; como tambem do Cobre fundir Artelharia a qual sua Mages*ta*de deve mandar fundir m*ui*tas pessas groças e miudas para a fortaleze de Mocambique e para o forte que se ha de faser em Quilimane e para as mais fortalezas da India que todas estão bem faltas dellas pois o Principal que he Cobre não falta mandando deste Reyno fundidores para isso.

Da Alfandega que se ha de faser em Cuama

Para os Rios se povoarem e estarem sempre providos de mantim*ent*os e roupas deve sua Mages*ta*de mandar se abrão e entrem todos livremente e

quem quiser Armar embarcação para os Rios o faça paguando os direitos a sua alfandega huns disem se faça em Mocambique e que nhũa embarcação va a Cuama sem tomar o ditto Porto, outros são de pareçer que se faça em quilimane porque então com a frequentacão das embarcacões ficara o forte mais siguro e os Rios mais povoados e vira muita gente da India que muito depreça as povoarão e estarão fartos de todo o da India em muita abundancia com são roupas sem as quais se não pode faser nada e muitos mantimentos e vinhos de paça Lipus que he o que la querem mais que o de Portugal.

E fazendose alfandegua em Mocambique ha hũ inconveniente muito grande que he como fiqua a 90 legoas de Quilimane podem sair muitas embarcacões assy da India como da Costa de Milinde sem tomar Mocambique furtando os direitos a sua Magestade o que não pode ser estando na boca do Rio de quilimane porque então em todo o caso a embarcacão que la for não podera sem ser vista e pagar os direitos e o que ha na entrada tambem pode aver na saida que podem sair muitas embarcacões carreguadas de Marfim e com muita prata sem tomarem Mocambique passar a India furtando os direitos e quintos. E feita na boca do Rio se guarda melhor que se não furte a prata, e com o comerçio e concurso da gente se fara o forte mais defensivel o qual fica sendo Chave de toda a conquista. Sem embargo de tudo ha outra duvida fazendosse a alfandega Em quilimane que então a nao do trato e as embarcaçoes que forem a Mocambique onde paguarão os direitos E assy cudo E entendo que são necessarias duas Alfandegas hũa em Mocambique e outra em Quilimane.

Do rendimento da Alfandega

Esta Alfandega segundo diçem os moradores de Mocambique principalmente os que forão feitores nelle pode render cada anno melhoria de sincoenta mil Cruzados entradas e saidas na forma da de Goa, E de Marfim paguarão os quintos por ser fazenda reservada a Coroa estes quintos importarão cada Monção dez mil Cruzados que são vinte mil cada anno e com sincoenta da Alfandegua fazem setenta mil Cruzados, que segundo a valia que oje tem o ouro montão sento e quarenta mil pardaus. Este dinheiro basta para

sua Magestade sustentar assy os soldados da fortaleza de Mocambique, como os dos Presidios e fortes de Cuama e paguar todas as mais ordinarias aos officiais, e sobejar muito dinheiro para as cousa que se oferescrem e ficar se ha levando a prata livremente sem nella se bolir para sua Magestade.

O que se da a hũ soldado Cada anno?

Em Cuama paguão se os soldados com roupas as quais se forem compradas em Cambaya por quonta de sua Magestade custarão muito pouco porque hum bar de fato tem vinte Corjas cada Corja são vinte pannos fica fazendo um bar quatrocentos pannos este bar de fato pode custar vindo de Cambaya por conta de sua Magestade comprados na India. Nos Rios se pagou te agora a cada soldado, meyo bar de fato que são dez Corjas cada anno, convem a saber quatro querteis quatro Corjas de tres em tres meses hũ quartel, e cada mez mea Corja que são dez pannos de mantimentos de modo que se pagua hũ soldado todo o anno com meo bar de fato que custa na India sincoenta pardaos e os Capitais da Infantaria tera mantimentos e quarteis dobrados E assy fica tendo Cada Capitão destes hũ bar de fato cada anno, e por aquy pode sua Magestade lancar Conta do que pode gastar com a gente que la mandar de modo que com dez mil pardaos se comprão sem bares de fato, e com elles se sustentão duzentos homens a fora os Capitaes e afora o fato que he necessario gastar com os Almadias e embarcacoes que levam este fato de quilimane a Senna, e de Senna a thete e dahy as minas cada embarcacão destas carregua 29 bares e se pagua de fretes por cada qual, de quilimane te Senna oito ou nove Corjas e outras tantas de Senna a Thete e segundo a gente que sua Magestade mandar para esta conquista ira o fato de goa, E segundo o fato que for se nan dara tambem para as Embarcacoes.

De quando hão de partir as Embarcacoes para Cuama

Os Galioes ou Navios que sua Magestade ouver de mandar a Cuama hão de ir de Emvernada de sorte que partão de Lisboa no fim de setembro, ou prin-

cipios de Outubro, e que em fevereiro cheguem a Mocambique para em Março loguo que he a Monção partira gente e petrechos *que* forem para as minas, donde cheguão do dia *que* dahy partem a dous meses, e la tomão a prata E cheguão com ella a Mocambique de quinse ou vinte de Agosto e em outubro podem partir para Portugal, como partiu a Nao Santa Ilena; os quais Navios podem traser afora a prata Cada hũ duzentos escravos para com os *direitos* e fretes deles se faserem mui*ta* parte dos gastos, e podem traser mui*to* pao preto e m*ui*to ambar e outra mercadorias *que* ha en toda aquela Costa e sobre tudo podem vir carregados de m*ui*to Cobre e p*ar*a se fundirem peças neste Reyno e podem traser mu*i*to ferro sendo necessario.

He tambem necessario *que* nestas partes haja numero de soldados Casados com gente branca para que Creça o numero deles com seus filhos e descendentes, e porque se no prençipio se paguãm estes soldados com ventagens por suas molheres e filhos de pais *que* são naturaes levão menos soldo que os que vem de novo e são solteiros e escusasse com isso a dissilução dos *que* não são Cazados e Cazarense com negras e o principal nesta conquista he ante por sua Mage*stad*e a tudo o sirviço de nosso senhor, e bem das Almas e indo de Portugal com as suas molheres E filhos inda *que* no princípio custa mais como diguo despois redunda em grande serviço de Deos e de sua Mage*stade* e as molheres solteiras *que* la forem se podem cazar com os Mercadores *que* são m*ui*to e m*ui*to ricos e desta mane*ir*a se povoarão os Rios em m*ui*to pouco tempo. Avendo nos Rios de Cuama Governador e Conquistador he necess*ar*io que sua Mage*sta*de ponha por ordem do mesmo G*overnad*or em Mocambique hũ fidalguo por Capitão da fortalesa de muita Justiça e disenteresado e m*ui*to zeloso de sirviço de sua Mage*sta*de e *que* lhe não passe pello pensam*en*to tiranisar os moradores de Mocambique e Rios de Cuama senão para nelles abundantemente do necess*ar*io dando grande expediente para tudo o que nesta conquista se ha de administrar de fora *que* são m*ui*tas cousas.

Fia de fora Sofala Innhambane e o Cabo das Correntes *que* são Capazes cada qual para sua Mage*stad*e poder dar em satisfação de serviços a quem lhe parecer, porq*ue* de Sofala se tirão trinta mil Cruzados em tres annos e em Innhambane doze e do Cabo das Correntes des *que* são melhores que m*ui*tas fortalezas da India e isto com paguarem aos officiais. Em Mocambique o *que* he

costume paguar se lhe *que* são de liberdades ao feitor quatro bares ao escrivão dous e hũ bar ao Meirinho.

Enq*uan*to não vai d*inheir*o de Mocambique deve mandar sua Mag*esta*de ao Visorrey da India proveia ao Conquistador de roupas para a pagua dos soldados e officiais e trabalhadores e para darmos aos Cafres nossos Amiguos para *que* nos favoresão em tudo e nos ajudarem em nossas guerras, porq*ue* em Cuama tudo se pagua com roupas e entretanto *que* esta roupa não vai da India mande sua Mag*esta*de ao Capitão de Mocambique de todo o fato *que* ouver mister para os soldados a conta da pencão que deve a sua Mag*esta*de.

Ha em Cuama hũ Capitão dos rios o qual não serve de mais do que acompanhar as embarcaçoes de fato do Capitão de Mocambique que vão de Quilimane a Senna no anno duas vezes arespe*i*to de alguns Cafres Ladroes *que* nas faldas do Rio avya e como oje tudo esta limpo e quieto e não ha quem nos faça mal não he necessario este Capitão principalmente porque corre e tiranisa desde Quilimane te Luabo E Senna assy de hũa parte como da outra do Rio as quais terras he bem *que* curvem e obedeção e sua Mage*sta*de e com isso se povoarão as praias do Rio de m*ui*tos cafres que oje fasem das sem resoes *que* lhes fasem E sendo estas praias povoadas renderão mais e as embarcacoes que por ellas naveguarem acharão no caminho m*ui*tas Cousas de Comer e m*ui*to mantimento por seu d*inhei*ro como avia antiguamente o *que* aguora não ha por andarem todos os negros ausentes.

Por Cuia Conta se tirara a Prata?

No tirar da prata das minas ha diverços pareseres e os *que* parece açertão mais he que aguora no principio toda a despeza assy de tiras como do mais *que* toca a prata sera a Conta de sua Mag*esta*de e sua fa*zen*da assy por se saber melhor a bondade das minas e se apveitar dellas como tambem porq*ue* sendo de grande pveito e rendim*en*to mandar a curva sempre por conta sua ou para o tributo *que* cada hũ ha de paguar (tirando elles a prata a sua custa) conforme ao que com a experiençia dos Ministros de sua Mage*sta*de vem *que* custa o arrancala e polla em sua perfeição e assy quasi todos concordão em ser necessario ver sua Mage*sta*de o que tem nas minas de proveito e o *que* lhe custão.

Dos mantmentos que ha nos Rios

Em Cuama ha m*ui*to Arroz m*ui*to bom e Estremado e em abundançia e m*ui*to milho m*ui*to alvo e excelente com que se sustentão os Naturaes E m*ui*to barato; ha m*ui*to gado assy vacas como Cabras e galinhas e Carne*ir*os tambem não faltão e tudo m*ui*to estremado e m*ui*to barato m*ui*to leite de vacas e Cabras e m*ui*ta Manteigua E em m*ui*to bom preço e m*ui*to Mel alvo e fermozo m*ui*ta fruta de Espinho e m*ui*ta ortaliça m*ui*to boa não ha m*ui*to peixe porq*ue* ainda q*ue* o Rio he grande e tem m*ui*to em sy não ha pescadores mais q*ue* alguns Cazados q*ue* mandão pescar para suas Casas particulares por onde he necessario aver de sua sant*ida*de hũ breve para os q*ue* andarem na Conquista e assistirem nos demais fortes possão Comer todo o anno carne tirando a sesta *feira* maior, que outro breve semelhante levou Francisco Barreto para todos os q*ue* forão a esta mesma conquista com elle visto a m*ui*ta falta q*ue* ha de peixe e não se poderem sustentar os que trabalhão e andão em guerra e com levas e ser a terra muy deleixada.

Sobre as Minas de Ouro

Das minas de ouro não trato porq*ue* Pello Christianissimo Zello de sua Mage*sta*de se espera a principal Cousa desta Conquista ser a segurança de sua conciençia esta parte não me toca porque sey certo q*ue* entrando elle nella o fara com ter examinado as cousas suficientissimas para aquietação e segurança da sua consiencia, mas em caso que possa e queira lancar mão dellas vira a ser señor dé tudo com pouco custo porq*ue* como todos os grandes de monomotapa te os proprios seus filhos andão alevantados e mal com elle facil cousa sera de se reduzirem a nós como ha nove annos ou des que elles mesmos se nos andávão offerecendo e lhe faser guerra e assy segundo a pratica os Moradores Portugueses daquellas pa*r*tes com menos de 500 homẽns soldados e um fato q*ue* demos aos alevantados. e aos Bornos (?) da outra banda q*ue* todos são nossos amiguos e inimiguos do monomotapa sera de sua Mage*sta*de Absoluto se*nh*or de todo aquelle Imperio e então para a concervação da terra são necessarios tres fortes

cada hũ com 70 soldados, hũ em Maçapa; outro em Luange, e outro em Cerupande e suposto não he bem mandar sua Mage*sta*de por sua conta cavar as minas do ouro porque mais lhe custarão do q*ue* podem render segundo o q*ue* hũ Cafre cava no dia q*ue* são dous ou tres vinteis e elles gastarão m*ui*to mais no seu comer e sustento, todavia o que se pratica he que pode paguar cada Cafre que cavar nestas minas no anno hũ matical e assy tira sua Mage*sta*de mais de quatrocentos mil maticais q*ue* são mais de seiscentos mil Cruzados, e outros tantos pode ter nos Reynos de Manicha, Quiteve, e Baroe pondo tambem tres fortes em cada Reyno seu, e com isto ficara tudo quieto e por nos rendendo a sua Mage*sta*de hũ milhão e duzentos ou trezentos mil Cruzados em ouro; E isto afora os grandes da terra a que elles chamão fumos e emcottes que são m*ui*tos (como entre nos são os de titulo) os quais todos hão de Curvar e obedeçer a sua Ma*gesta*de emportava m*ui*to porq*ue* a hũ de fumo destes q*ue* nos obedece chamado Chembe lhes pos dom Estevão de Ataide sendo Go*vernado*r e Capitão geral paguaçe no anno duas mil pangas de milho; que são mais de tres mil alqueires e quinhentas Machiras q*ue* são mais de setecentos e sincoenta Cruzados e m*ui*tas vacas de mane*ir*a que so este Regulo paguava tudo isto e paguando todos q*ue* são Infinitos segundo o Estado q*ue* cada hũ tiver vira a importar m*ui*to e o Milho destas Curvas sirvira de mantim*en*to p*ar*a os Cafres que trabalharem nas minas; E tendo, nos poder nas terras de monamotapa loguo tambem toda a parte do Bororo nos obedeçera e ficara paguando a mesma curva que tudo ficara importando hũ nomero impo*rtan*te ha outro pareser nesta matte*ri*a e he q*ue* por via de concerto pode sua Mage*sta*de com mais quietação de sua concençia possuir todas aquellas terras com *gran*de augm*en*to da Christandade porq*ue* como o Emp*erador* Manamotapa esta malquisto de todos os seus vassalos e m*ui*tos delles andão Alevantados e Elle reseoso de o matarem e o tirarem de seu quite (que he o mesmo que trono) que he o q*ue* mais sente pode sua Mage*sta*de obriguarçe vindo aos Concertos ao concervar no seu quite e Imperio, e que para isso como Irmão em Armas que he seu o defendera com todas suas forças. E que tambẽ lhe mandara dar cada anno tantas mil peças de Roupa de Cambaya para o gasto de sua casa e para faser Merçes aos seus vassalos, e que alem disso em odos os sucessos necessarios sera seu amparo e por tudo como Supremo Mo-

narcha de todas as conquistas orientais e podem vir estas roupas empreguadas em Cambaya por conta de sua Mag*esta*de e lhe custara muito pouco. E o Emperador Manamotapa q*ue* se obrigue a sua Mag*esta*de as Cousas Seg*uin*tes; Principalm*en*te que por todos os seus Reynos se pregue livrem*en*te a fe Catholica e que em tudo dara seu favor E ajuda pera isto e que elle com todos os seus grandes se bautisem pois o tem pmetido e dado sua palavra real de ser Christão. Que elle da e concede outra vez de novo a sua Mag*esta*de por doação Irrevogavel todas as minas de ouro que tem em suas terras para q*ue* sua Mag*esta*de as mande beneficiar por conta de sua faz*en*da ou ponha nellas tributo que bem lhe pareçer de modo que ninguem possa trabalhar nas minas senão os que tiverem p*ar*a isso liçença de sua Mag*es'a*de e q*ue* lhe concede assy todas e qualquer mina de qualquer metal q*ue* de novo se discubrirem e as já discubertas na mesma forma q*ue* as outras Que he contente q*ue* sua Mag*esta*de para sigurança do concerto que entre sy mande faser dento no seu Imperio (como não for dentro no seu quite) os fortes q*ue* lhe pareçer Que elle nomea per Principe e her*dei*ro do seu reyno a Dom D*iog*o seu filho q*ue* he tambem filho de hũa sua principal molher o qual foy o P*rimei*ro que se bautisou e Eu bautisey ha des annos e he m*ui*to bom Christão e tem bons costumes e fala bem o portuges le e escreve m*ui*to bem, tem boa naturesa m*ui*to manço e pasifico foy criado com os frades de S. Domingos e oje estara em Goa estudando por q*uan*to (......) me vim Dioguo Simoes Mad*ei*ra mo dava para eu o apresentar a sua Mag*esta*de e por certos respeitos se não Effeituou a sua vinda e Eu escrevy a Cuama q*ue* o mandasse a Goa p*ar*a estar em o nosso Conv*en*to de Sam Dominguos. Que o Manamotapa concede e da lugar para q*ue* todos os Naturais de seu Imperio se possão avassalar com sua Mag*esta*de e tanto que nos isto conceder obriguaremos loguo ao Quiteve, e ao Rey de Manhica E ao Baroe que nos obedeção visto todos estes Reynos serem antiguam*en*te do Manamotapa e oje estão alevantados quada qual sobre ssy e com este d*irei*to os podera sua Mag*esta*de Conquistar, quanto mais tanto q*ue* todos elles virem q*ue* temos poder em Cuama loguo todos nos hão de obedecer e Curvar. Feitos os concertos o proveito sera m*ui*to porq*ue* tratando (......) do espiritual farse hão conversoes a nossa S*an*ta fe de terras vastissimas e cheas de infinidades de milhoes de gente o que sera *gran*de

sirviço de nosso S*enhor* e gloria de sua Mag*esta*de cujo Imperio sera m*ui*to mais dilatado porq*ue* então não som*en*te o Manamotapa mas toda a Cafraria reconhecera vassalagem a sua Mag*esta*de e o proveito de sua Real faz*en*da sera numero quasi infinito, e pello tempo adiante se farão as mais advertençias de man*ei*ra que pareçer q*ue* mais convem p*ar*a sua Mag*esta*de e ordenar o q*ue* for mais seu sirviço.

Comó he de m*ui*ta Importancia hũ Bispo naquellas p*ar*tes E porq*ue* tendo tratado no que toca ao temporal tambem me pareçeo ser necessario informar a sua Mag*esta*de do *gran*de fruto espiritual que daquellas partes se pode tirar q*ue* he o principal intento que os Reys de Portugal tiverão em as Conquistas do Oriente para augmento da nossa fe Catholica Acrecentam*en*to da Christandade Sirviço de Deos gloria e honrra de sua Mag*esta*de para o qual fim a p*rimei*ra cousa que se deve prover he em aver hũ Bispo em aquellas partes tão remottas do Arcebispado de Goa com cujo zelo se acresente a Christandade como posta em maos de proprio Pastor com cuja autoridade cresa o divido respeito ao estado Eclesiastico e ainda os Naturais (que nequellas partes como temos larga esperiensia) se levão em sumo grao de authoridade e aparato exterior tenhão Notiçia e Conceito da grandeza do nosso Rey q*ue* forão os resoes que moverão a sua Mag*esta*de del Rey Philippe o Velho em as Indias de castella e particularm*en*te nas felipinas prover de Bispo districtos tão piquenos e m*ui*tos delles sem Cleriguos nem Sees nem Igrejas q*ue* irão de ser providos por elles mas sobre freguezias de des e doze Religiosos que por ellas estão espalhados. Quanto mais q*ue* so pella resão de grandes districtos q*ue* ha em estas partes de Mocambique e distançia tão comprida do Arcebispado de Goa deve sua Mag*esta*de sem outro nenhũ resp*ei*to prover aquellas partes de hũ Bispo porq*ue* desde o Cabo de Boa Esperança the Melinde q*ue* são mais de setecentas legoas aonde ha m*ui*tas povoações de Portugueses. Convem a saber Sofala, Mocambique, e nos Rios de Cuama, Senna, Thete, Luange Maçapa Manhica; Matuca em as quais povoações ha m*ui*ta Christandade de gente natural da Terra e assy mais pella Costa de Mocambique tem m*ui*tas Ilhas Portuguesas. E da mesma man*ei*ra na Costa de Melinde de sorte q*ue* são mais de Vinte Ilhas todas povoadas não so de m*ui*tos Portugueses mas de m*ui*ta Christandade dos Naturais q*ue* pação de setenta mil

Almas afora Mombaca *que* he hũa fortaleza das *grandes* da India onde so estão mais de quatrocentos Portugueses. Afora Quiloa e Pate. Bem entendo *que* sua *Magestade* esta muy bem informado desta neçessidade de Bispo. Pois os annos atras proveo em Bispo daquellas *partes* a fr. *Domingos* Torrado Bispo *que* tera do Anel do *Arcebispado* de Goa o *que* não teve effeito por morte do ditto Bispo o que sua *Magestade* movido das resoes suficientes fez então *que* fara aguora com Este Novo discubrim*ento* das Minas de Prata E nova Conquista *que* se espera ser outro Mundo Novo. *Quanto* ao Respeito *que* se procura aja naquellas Partes a Pessoa Eclesiastica *que* ahy guovernar se não acode nem remedea com Administrador por*que* primeiram*en*te o hão de ver com os mesmos olhos con *que* vião qualquer Visitador, por*que* os trajos são os Mesmos; E mesmos poderes; E elles como não vão la mais que traser con *que* vivão neste Reyno não devem de se despender em authoridade de sua Pessoa e Caza. O *que* não corre em hũ Bispo *que* tem differente dignidade e *officio* *que* como aquella ha de ser sua estada perpetua ha de trabalhar sempre *para* a authorisar. Alem disso o Administrador asse meter como he Cousa Notoria em Mercancias por*que* os seus ordenados não são suficientes para traser com *que* vivão nestas *partes* que he o norte donde hão de ter a Proa. Alem disso não serve de mais o administrador *que* de sisma entre elle e o Vigairo da terra *que* como he hũ Clerigo como elle *que* pode ser altivo como he o *que* oje he elle não ha de ter o mesmo resp*eito* *que* a Bispo. Cousa *que* o administrador ha de pretender e sobre *que* ha de aver grandes escandalos, por*que* sempre o Vigairo o ha de ver com olhos de Pessoa a quem podem fazer mal suas Cartas e Informacoens; E assy como a tal ha de pretender, Cartas do Povo *que* nem todo ha de estar bem com o administrador para se defender, quais lhe he necess*a*rio ao Administrador procurar outras de outras Pessoas e assy fica acanhado assy de huns, como de outros, o *que* não ha de acontecer a hũ Bispo, a quem naturalm*en*te e com suavidade sogeição pois seção estas rasoens. Ajuntasse a isto aguora o porem em questão se ha de dissimular eu não com os desaforos dos Capitais; e as briguas *que* sobre preçedensias e lugares hão de ter; e vera sua *Magestade* Claram*en*te que alem de se não acodir com o Administrador as necessidades passadas se inovão convenientes Novos a Custa de novas despesas de sua *Magestade* as quais acrescentadas ao duzentos

mil reis sustenta sua *Magestade* hũ Bispo. Alem disso, avendo Bispo se povoarão todas aquellas terras de *muitos* mais Portugueses, por*que* semelhante Prelado de de ordin*a*rio na India vemos *que* os homens assy por esta resão como por se verem livres das Tiranias dos Vigairos E Capitais tem por timbre e honrra não morrerem se não em terras onde ha Bispo. Tambem se ha de ter grande Respeito e Charidade *que* se deve ter com os Pobres assy convertidos (E ainda os Portugueses a que de ordinario acodem os Bispos) como ao Resp*eito* por*que* *muitas* vezes na India se convertem aquelles Naturais *que* o intereçe de alguas ajudas de esmollas, convem a saber pannos e outras cousas semelhantes que vem dar aos novam*ente* convertidos no *que* os Bispos na india se despendem com *muita* liberalidade, as quais contas não ha de acodir nenhũ Administrador por*que* vai a Ajuntar E de passagem. Enfim não ha Pastor proprio mais *que* mercenario e como tal não faz nenhũ sirviço a Deos nem a Sua *Magestade* nem serve de outra Cousa mais *que* inquietar os seus Vassalos obriguando a todos a levar as suas encomendas os quais as aceitão so por concentir y dissimular seus defeitos e disulucoens, *que* como a terra he chea de visios vivem todos como querem e andão em mao estado sem faserem vida com suas molheres e o administrador, como he so o seu intento encherçe de ouro pasa e disimula em seus pecados e sensualidades com *muita* offensa de nosso *Senhor* e grande dano das Almas dos seus fregueses, e da Christandade, so a fim de lhe traserem bom Retorno de fato que por elles manda *para* *quando* for outro em seu logar o ache ja Riquo; E daquy naçe perderem lhe o Respeito se por vintura obriguado de mormuracoens quer acodir a algũa cousa publica E de escandalo não he obedecido nem temido como aguora puserão a espinguarda no rosto contra hũ Visitador *que* representa o mesmo *que* administrador com todos os seus poderes e assy todo o seu Cudado e Intento he so entender em a penar e esfolar a gente pobre e coitada com grande prejuiso dos Vassalos de sua *Magestade* do que ha *muitas* queixas em todas aquellas *partes* onde *para* bem da Christandade gloria de sua *Magestade* bem dos pobres proveito de seus Vassalos Aug*mento* da Converção sobretudo sirviço de Deus deve sua *Magestade* prover aquellas partes de Bispo.

As minas e a crítica histórica

Publicamos a seguir algumas citações de obras célebres que de passagem se referem ao assunto dêste trabalho.

Respigadas aqui e ali, elas constituem hoje a crítica feita pelos mais notáveis autores, ao problema das minas de prata da Chicoa.

A primeira dessas críticas é contemporânea dos episódios narrados, pois dá-se logo em 1618 nos tribunais de Tete, a que outras se seguem de igual valor por virem de fontes seguras.

Não foi nosso intento publicar tudo o que sôbre o assunto se tem escrito, mas escolher as opiniões mais representativas dos séculos XVII a XIX. Aqui figurarão os nomes de Fr. João dos Santos, António Bocarro, Manuel de Faria y Sousa, Nogueira de Andrade, Xavier Botelho, Livingstone, Lopes de Lima, J. F. Judice Biker e João de Andrade Corvo, uns a defender e outros a negar a existência de tais minas.

AS MINAS E A CRÍTICA HISTÓRICA

INQUIRIÇÃO *que tirou Diogo Simões Madeira, em como o sindicante Francisco de Sequeira Pinto, o tratou mal, em Cuama e lhe impediu a continuação daquellas minas* (1618).

In *Arquivo das Colónias* — 1930 — Vol. V. N.os 31 e 32.

Treslado de hũ estromento que se tirou neste Juizo de Thete e petição de dioguo Simois Madeira sendo capitão dijº Teixeira baRoso aos trez de março de seis sentos E desaçete.

Dioguo Simois Madeira que pera bem de Requerimẽtos que tem com sua magestade lhe he necessario tirar hũ sumario de testemunhas Pede a vossa merce lhas mande paçar publíquo estromento Em modo que faça fee. E Recebera Justiça E merce.

(Seguem 16 quesitos, sobre os quais se pronunciarão as testemunhas).

1.º — Provará que Francisquo da Foncequa Pinto chegou a estes Rios a vinte oito de majo de seis sentos e desaçeis e lhe escreveu hũa carta que lhe vinha dar os agardecimentos da parte de sua magestade do descubrimento da prata por assy lho mandar o V Rey da Imdia Dom Jeronimo d'Asavedo e outro sy vinha a verificar as minas e a socorello.

2.º — Provará que em trez mezes que esteve nos Rios o não favoresseu com fatto nem cousa algũa mas chegando a Thete lhe moveu guerra e lhe queimou hũa povoação de escravos e criados seus que tinha e os matou. E outros captivou e mandou ao manamotapa lhe fizeçe guerra lhe tomace os caminhos e o puzeçe de serco no forte de sam Miguel da Chicova homde estava.

3.º — Provará que o dito Francisquo da Foncequa Pinto se mostrou em tudo ser imigo capital delle supricante e mandou sob graves penas que

nenhua peçoa lhe vendeçe roupas pera sua sostentação e dos soldados que com elle estavão pello qual respeito os soldados padeçerão muitas fomes e elle supricante mandou requerer por carta sua sua (*sic*) a Francisquo da Foncequa Pinto Ou*vidor* geral viece fazer as diligencias que convinhão ao ser*viç*o de sua magestade o quoal se poz ao caminho e chegando duas jornadas do forte de sam Miguel se retirou sô por elle supricante lhe mandar dizer se não avia dever cõ quẽ lhe movia guer*r*a e mandava ao manamotapa lhe moveçe mas que ahy estavão os fortes del Rey com capitãis e soldados com que podia fazer a diligençia a que vinha.

4.° — Provará como o dito Francisquo da Fomcequa Pinto se rezolveu em se retirar pera Thete sem pretender maiz verificação de minas nem prover a elle supricante de cousa algũa e secretamente prover a João Baptista e mais de sua parsialidade com algũa conta e requereo o que mais larguo se vera por carta de Francisquo da Foncequa Pinto.

5.° — Provará que toda a pessoa que dizia que avia pratta Francisquo da Foncequa Pinto prendia e a vexava p*ar*a as obrigar a jurar aquillo que elle quizeçe.

6.° — Provará elle supricante que depois de ter escrito a sua magestade e lhe mandar prata pello padre frey Francisquo do Avalar e por Gaspar Bocarro frade cavou e mandou e aver vimte faraçolas de prata e cavara muita mais se lhe não faltara despezas para a gente que cavava e pera sostentação dos soldados comprava hũa corja de ladrilho por vimte m.tes.

7.° — Provara que na mozinda do inha Casce cabeça de todas as ter*r*as da Chicova dizem os naturaez aver groças minas as quoais elle supricante as não cavou per lhe faltarem despezas e gente nẽ Francisquo da Foncequa Pinto lha querer dar pera o faser cousa algũa mas anttes lhe moveu guerra. E meteu todo o cabedal pera o matar a elle supricante.

8.° — Provara que elle supricante esteve pacifico no forte de sam Miguel da Chicova numqua pretendeo mover guerra a Francisquo da Foncequa Pinto nem impedir-lhe as diligencias no que cõvinha o serviço de sua m*agestad*e mas antes lhe requereo por vezes por cartas fizeçe a diligencia a que vinha. E perdendoçe o forte proptestado por elle e por quẽ dereito foçe aver sua m*agestad*e tudo.

9.° — Provara que o forte de sam miguel da Chicova se despejou a dezoito de agosto de seis sentos e dozaceis a requerimento dos soldados por não terem despezas nẽ mãtimentos pera se poderem sostentar e na ter*r*a aver grande estrilidade e fome por Francisquo da Foncequa não querer acudir com roupaz nẽ socorrerem delle supricante o que tudo é notorio.

10.° — Provara que cavou e sostentou os soldado e fabrica que tinha algũs meses cõ a prata q tirou das minas.

11.° — Provara como Francisquo da Foncequa Pinto sem entender e virificar prata fes mercê das ter*r*as do Zemgue e seus Inhacabes em nome de sua magestade e tudo fez como imiguo capitall.

12.° — Provara como me ouve por alevantado e mandou que nenhũa peçoa me obedeceçe nẽ conheceçe.

13.° — Provara como assigurou aos soldados da Chicova em nome de sua magestade sô a respeito de o deixarem a elle supricante sô e se dezpejarem os fortes que elle supricante tinha feito.

14.° — Provara que em todo o tempo que Francisquo da Foncequa Pinto esteve nos Rios de Cuama numqua emtẽdeo no serviço de sua magestade mais que forçar aos moradores casados que lhe compracem o seu fatto pelo preço que elle queria.

15.° — Provara que depoiz que elle supricante se recolheo as ter*r*as do Inhabanzo vizinhas a este forte de Thete as quoais elle pusuhia por comfirmação de sua m*agestad*e o ouvidor geral Francisquo da Fomcequa Pinto mandou requado a ell Rey manamotapa em que lhe mandava oferecer muito fato que vieçe deitado fora das ter*r*as de Inhabanzo e as tomaçe paera sy.

16.° — Provara que o manamotapa veyo sobre Inhabãzo com um groço exercito e lançou fora a elle supricãte e depois roubou todas as ter*r*as vizinhas e sugeitas ao forte de Thete dizendo o Rey e desculpandoçe q não tinha elle culpa pois o ouvidor geral Fran*cisc*o da Foncequa Pinto o mandara vir tomar poçe das suas ter*r*as o que foi em muito perjuizo do serviço de sua magestade meter jumto ao forte de Thete hũ imigo tam poderoso como he o manamotapa.

[A estes 16 quesitos responderam mais ou menos afirmativamente 12 testemunhas, umas de vista e outras por terem ouvido. Foram elas: Jerónimo de Barros, soldado; António de Azevedo, soldado; João Fernandes, soldado; Domingos da Costa, morador em Tete; Francisco Gago, morador em Tete; Paulo Brandão, morador em Tete; Domingos Fernandes, casàdo, morador em Tete; Baltasar Pereira, casado, morador em Tete; João Coelho, casado, morador em Tete; João Carneiro, casado em Tete; Gabriel do Costa, casado em Tete.

Juntaram-se ao processo vários documentos: toda a correspondência trocada entre o suplicante Diogo Simões Madeira e o ouvidor Francisco da Fonseca Pinto, certidões e um certificado assinado por todos os soldados do forte de S. Miguel de Chicova, em que declaram serem verdadeiras as afirmações do Capitão Madeira.]

ETHIOPIA ORIENTAL

Por Frei João dos Santos — Vol. I — Lisboa — 1892

Cap. XIV — Pág. 213:

«Nas terras que confinam com o reino de Manamotapa pelo sertão dentro da parte do Nordeste, está o reino de Chicova, muito nomeado pelas grossas minas que tem de fina prata, e corre ao longo do Zambeze.»

Conta Fr. João dos Santos o conhecido embuste do cafre que arrancou das verdadeiras minas algumas «pedras de prata» e as foi enterrar em terreno sôlto, indicando depois tal sítio a Francisco Barreto, que as mandou desenterrar, mas que depois reconheceu o lôgro. Pondo a tormento alguns indígenas, estes conduziram os portugueses às verdadeiras minas quando foram apanhados em cilada preparada por 3:000 cafres, que mataram a quási totalidade dos portugueses. Porém, o frade dominicano diz-nos depois que «o governador mandou fundir as pedras de prata e sahiram na fundição três partes de fina prata, e uma só de escoria, d'onde se collige que são estas as mais ricas minas, e da mais fina prata, que até hoje se sabem».

GASPAR CORREIA — LENDAS DA ÍNDIA — VOL. 6.º

DECADA 13 DA HISTÓRIA DA ÍNDIA

Composta por António Bocarro — Lisboa — 1876

Pág. 76:

Referindo-se à morte de D. Estêvão de Ataíde, em Moçambique, devido a febres, diz:

«Este foi o fim de dom Estevam de Ataíde, e das promessas e esperanças com que o mandaram por conquistador e descobridor das minas de prata; que de as haver não há dúvida pelo testemunho das mesmas pedras, e quanto ser na paragem de Chicova, onde as primeiras se acharam enterradas, postoque alguns ministros tem averiguado que não é o lugar nem disposição da terra conveniente para minas adiante se verá onde se acharam muitas pedras...»

Pág. 487:

«A conquista do descobrimento das minas de prata, que estava entregue a Diogo Simões Madeira, se havia melhorado, por ter descoberto Diogo Simões muitas pedras de prata, na mesma paragem onde dantes se tinham tirado, em mais quantidade do que se tirou de nenhuma outra vez; e assim as mandou ao visorei dom Hieronymo, avisando que parte delas se cavaram em sua presença, e as mais na de um parente seu, chamado Diogo Teixeira Barros que estava por capitão do forte que na mesma paragem fez Diogo Simões, o qual affirmava serem aquellas as verdadeiras minas de prata; e outras pessoas escreviam também sôbre esta matéria e davam a entender que as minas estavam descobertas, postoque também diziam que as pedras que se tiravam estavam em terra solta...»

Manuel de Faria y Sousa — 1675

Pág. 288:

«Seguro ya el Capitan (Diogo Simões) de que aviam inas fertiles de plata, resolviose en embriar por muestra a España tres piedras grandes. Deste mensage se encargo Fray Francisco de Avelar Religioso Dominico. A acompañarle se ofereció Lopo Vello Preto. Llegaron a Portugal, y corrieram las piedras a Madrid, porque tales piedras corren màs a la voluntade de los Reyes, que ya corrian otras a la voz de los Orfeos. No ubo apetecido nacimiento de Principe que en la Corte fuesse jamàs tan festejado como este desta Infanta de la Cafreria. No sé si a Fray Francisco le dieram alguma Mitra, y a Lope Vello algum titulo de Conde, pues no es creible que menores esperanças los arrojaron a este viaje con aquel soborno; se bien que despues de partido ellos, ubo hombre, que por hazerle de segunda via, ofreció que le havia a su costa, y dos mil ducados encima para el sustento del Fuerte de Chicova. Este fue Gaspar Bocarro, y acetole el partido Diego Simoens, persuadido de enemigos suyos, por quemarle la sangre con ficcion de zelo, que el Capitan de Moçambique avia de coger las piedras al religioso, y embiarlas de su parte, como cosa de sua agencia a Madrid. Entregó al Bocarro nuevas piedras de plata y nuevas informaciones, para que las trouxesse por tierra. En marco de 1616 partio de Tete, y fue caminando asta Quilоa. Aqui se avia de embarcar para Ormuz, pero sabiendo que era impossible tomar por alli el camino de tierra para España, con ocasion de estar entonces el Persa armado contra nosotros, embarcosse para Moçambique, con que si el Capitan de aquella plaça ubiesse cogido las primeras piedras, como lo creyó Diego Simoens, podria tambien coger las segundas. Mas ni estas, ni essotras cogió, y Gaspar Bocarro por su grande codicia ubo de consumir hazienda y tiempo sin fruto, pues aqui vino a fenecer su viage.»

(Narra depois as intrigas contra Diogo Simões Madeira, as privações na fortaleza da Chicova, terminando o capítulo com estas judiciosas palavras):

Pág. 292: — «Este fue el progresso de las Minas de Monomotapa. Agora advertiré solo que el primer Capitan dellas Francisco Barreto varon excelente, espiró alli por ver sobre su espada las lecciones de un Breviário; y el ultimo, que fue Diego Simoens, digno de premio, totalmente perdido por las exorbitâcias de um abominavel discipulo de Bartulo: y el Rey por Bartulos, y Breviarios introduzidos a governar lo q̃ ignorã, sin el precioso fruto que se pudiera coger de aquellas Minas».

DESCRIPÇÃO DO ESTADO EM QUE FICAVÃO OS NEGÓCIOS DA CAPITANIA DE MOÇAMBIQUE NOS FINS DE NOVEMBRO DE 1789...

Por *Jerónimo José Nogueira de Andrade* — 1790

Arquivo das Colónias — 1917

Vol. I — N.os 2 a 8.

No n.º 3, a pág. 119, lê-se a opinião de Nogueira de Andrade, citada por Andrade Corvo, incompletamente, a pág. 81 do vol. II da sua obra. Diz textualmente:

«Não extendo a mais a minha observação, nem faço as reflecçoens que ella pede em benefiçio daquella Colonia, e vou concluir esta descripção dos Rios de Senna certificando, que não he patranha o que se diz das Minas de Chicova, as quaes, supposto que se não cultivão, nem ha tradição certa do lugar em que outro tempo se descubrirão estas minas de prata, he certo e certíssimo que nas dittas terras de Chicova, ha muita abundância dêste metal, pois que ainda se conservão algumas alampadas da mesma prata, em certas Igrejas da Capitania, e sôbre esta evidente prova, temos a certeza de que estas Minas de prata erão na Chicova (terras do Reino de Monomatapa) e que são as mais ricas e abundantes do Mundo, como assevera Diogo de Coutto, que estando em Mossambique em hum dos annos desde 1560 até 1570, vio fazer algumas experiências em pedras que Vasco Fernandes Homem havia trazido da ditta Chicova.

O mesmo Coutto teve huma pedra, que elle diz lhe deu hum Padre de S. Domingos, a qual lhe produzira duas partes de prata, e huma de area ou pedra: e ainda affirma mais o ditto Coutto, que elle estivera em Mossambique em casa de hum parente seu, quando o tal Vasco Fernandes Homem veio daquellas Minas de prata trazendo prezo o Senhor das tais Minas; e que este mesmo Snr. d'ellas chamado Achalá lhe dissera como elle extrahia a prata. O mesmo Diogo de Couto, que naquelles antigos annos escreveo sôbre os Negócios da India, propoz os meios de fazer huma bem ordenada e pouco dispendiosa expedição para o descobrimento destas Minas.

Ainda ha outra prova certa da existência d'estas Minas, por alguns antigos Alvarás dos Senhores Reis D. Sebastião e Filipe segundo, que n'elles se nomeão Senhores dos seus Reinos e Domínios, e Reis de Mani Congo, e das Minas de prata no Império do Monomotapa. Faço ponto nas memórias d'estas Minas; e sem fazer as minhas observaçoens que aqui cabião, volto à Barra de Quelimane, para prosseguir na derrota que me tinha proposto a fazer, pelos portos desta Costa.»

MEMÓRIA ESTATÍSTICA SÔBRE OS DOMÍNIOS PORTUGUESES NA ÁFRICA ORIENTAL

Por *Sebastião Xavier Botelho*

Pág. 302: Lisboa — 1835

«Foi Chicova muito celebrada nos antigos tempos de cujas preciosas minas de prata nossos historiadores das cousas de Africa, e mais largamente o cronista Diogo de Coito tanto fabularão. Alguns Portugueses que mais averiguarão naquelle territorio, não descobrirão memória, nem vestígios dellas: conta-se todavia que huma lage de prata que naquelle citio descobrira, haveria quarenta anos, o padre Serra religioso dominico, da qual ainda ha pouco vivião pessoas em Moçambique e rios de Sena, que asseveravão haver visto varias obras fabricadas; se assim he, foi aquella a unica prata que até aquelle tempo e depois delle se tem ali descoberto.

Ha porém muito oiro naquellas terras...»

EXPLORATIONS DANS L'INTÉRIEUR DE L'AFRIQUE AUSTRALE

Rd. Dr. David Livingstone

Pág. 599: Paris — 1881

«Como se diz que existiam outrora minas de prata no distrito de Chicova, onde chegámos, estudei a estrutura geológica com atenção; a base é igualmente formada dêste grés tenro, de côr acinzentada, de que falei atrás. Nas margens do Bangué encontrámos uma massa de basalto tendo cinco metros e meio de largo e correndo de nôrte a sul; depois encontrámos várias que se dirigiam um pouco para leste.

O grés está deslocado na vizinhança destas erupções basálticas; nas margens da pequena ribeira de Naké está mesmo erguido de facto e apresenta uma secção composta, no andar superior, de grés em conglomerados, depois descendo, grés xistoso, xisto argiloso e por fim um filão de hulha bastante delgado; êle desaparecia a pouca distância, cortado por uma nova massa de basalto que corre de leste-nordeste, na direcção de Chicova.

Fiquei bastante satisfeito desta descoberta dum filão de hulha mas não apercebi o menor traço de prata. Se é verdade que outrora se tenham explorado minas nesta região é bem estranho que os habitantes tenham perdido completamente a lembrança de tal, a ponto de confundir êste metal com o estanho.»

ENSAIOS SÔBRE A ESTATÍSTICA DAS POSSESSÕES PORTUGUESAS NA ÁFRICA OCCIDENTAL E ORIENTAL, ETC.

José Joaquim Lopes de Lima

Pág. 207: Lx — 1859 — Liv. 4.º

«Das afamadas minas de Chicova, aonde tivemos um forte com a invocação de S. Miguel, só em 1696 veio a primeira amostra de prata de que se mandou

lavrar uma lua para a custodia da igreja matriz de Sena, mais de cem annos depois que Francisco Barreto perdera a vida diligenciando descobrir aquelles jazigos do precioso metal.»

Pág. 229:

«De Tete para o Zumbo pode-se fazer parte do caminho pela corrente do Zambeze, e o resto por terra, passando na fabulosa Chicova, a argentina.»

TRATADOS DA ÍNDIA

Júlio Firmino Judice Biker

Tômo I — Pág. 234:

Uma das capitulações que fizeram os portugueses com Manuza, imperador de Monomotapa, em 24 de Maio de 1629, estipulava que êste rei «não dará nenhuma terra d'ouro a pessoa alguma, de qualquer calidade que seja, por ser muito em prejuizo da mercancia e contrato da fortaleza de Moçambique. Deixará emgar por todo seu Reino, e abrir quantas minas quizerem sem as mandar tapar, por d'ahi se seguir muito proveito a El-Rei e aos mercadores, e ficaram as suas terras muito grossas». E ainda: «Será obrigado a mandar saber por todo o Reino onde ha prata e mandar avisar ao capitão do Massapa para que o faça saber ao governàdor, e mandando Sua Magestade mineiros a poderão buscar por todas as suas terras, e cava-la libertamente».

ESTUDOS SÔBRE AS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS

João de Andrade Corvo — 1883

Vol. II — Pág. 55:

Depois de citar os factos conhecidos, tem esta opinião que é sem dúvida pessoal, pois que as fontes não a autorizam: «Para que o apetite de possuir

Chicova se avivasse no governo e nos governadores, Diogo Simões Madeira mandou a Lisboa alguma prata como sendo extraida das cubiçadas minas; e por essa forma chegou Madeira a ter interinamente o governo de Moçambique. Por fim descobriu-se o engano e o especulador foi até metido em processo, para de novo apparecer com as suas fantasiadas minas em 1619, sendo governador de Moçambique D. Nuno Alvares Pereira. Em 1622 foi ordem de pôr termo aos trabalhos da conquista das minas; mas de novo em 1623 foi Nuno da Cunha tentar o descobrimento das fantasticas minas, e de novo tambem foi perseguido o impostor Simões Madeira que fugiu para o sertão».

Para o autor, Diogo Madeira é «um especulador sem escrupulos», como êle escreve. Mas a pesar de negar a existência das minas, elogia como obra segura o trabalho de Nogueira de Andrade que é um defensor de Diogo Simões.

O processo a que se refere João de Andrade Corvo nada deu de positivo, como pela inquirição, atrás publicada, se pode ver.